

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FUTEBOL E NACIONALISMO NO PÓS-
GUERRA FRIA:
UMA ABORDAGEM DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FELIPE AUGUSTO MACHADO

Porto Alegre

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FUTEBOL E NACIONALISMO NO PÓS-
GUERRA FRIA:
UMA ABORDAGEM DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FELIPE AUGUSTO MACHADO

Monografia apresentada como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes
Vizentini

Porto Alegre

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A monografia “Futebol e nacionalismo no pós-Guerra Fria: Uma abordagem das Relações Internacionais”.

Elaborada por Felipe Augusto Machado

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Curso de Relações Internacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Data:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini

Agradecimentos

O encerramento desta importante etapa da minha vida não seria possível sem a existência de algumas pessoas. Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Elisete e Zailor, os verdadeiros responsáveis pela oportunidade que me foi concedida de desfrutar desta vida acadêmica. À minha mãe, entre tantas coisas, pela humanidade, pela perseverança e pela sensibilidade; ao meu pai pela atenção, pela dedicação e pela proteção sempre destinada aos filhos. Aos meus irmãos, Maurício e Paula, pela convivência e pelo sentimento de que sempre estaremos unidos.

À Anita Capeletto pelos imensuráveis momentos de alegria, pelo companheirismo e pelos ensinamentos que certamente me fizeram crescer como ser humano.

Por fim, meu reconhecimento aos amigos, em especial aos colegas de faculdade Alexandre Fogaça, Bruno Viana, Fabrício Dreger e Gustavo Müller, por esses quase cinco anos de apoio incondicional.

Resumo

Esta pesquisa analisa de que forma o futebol consolidou-se como um dos mais importantes meios de identificação nacional no pós-Guerra Fria. Essa nova era ficou marcada por grandes transformações, como a constituição de uma nova ordem internacional e a intensificação do processo de globalização. Essa última, principalmente, acarretaria a dissolução dos vínculos coletivos locais e nacionais em favor do desenvolvimento de uma cultura global. O trabalho argumenta, entretanto, que a prática futebolística, pelas suas características particulares e pelos significados que lhe são atribuídos, contribui para a manutenção e para a exaltação do nacionalismo em plena pós-modernidade. Tendo por base a Teoria construtivista das Relações Internacionais, o estudo considera que os significados identitários do futebol não devem ser ignorados pelos atores envolvidos na sua comercialização, criando entre eles uma interdependência. Não obstante, essa aliança enfrenta fortes limitações, o que traz importantes desafios para a Organização Internacional responsável pelo esporte.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Nacionalismo, Relações Internacionais, Globalização.

Abstract

This research examines how football has established itself as one of the most important means of national identification in the post-Cold War era. This new era was marked by great changes, as the formation of a new international order and the intensification of the globalization process. The latter, especially, would mean the dissolution of local and national collective bonds in favor of the development of a global culture. This paper argues, however, that the practice of football, due to its special characteristics and the meanings attributed to it, contributes to the maintenance and to the exaltation of nationalism even in the post-modernity era. Based on the constructivist theory of International Relations, the study considers that the identity meanings of football shall not be ignored by those involved in its commercialization, creating an interdependence between them. Notwithstanding, this alliance faces serious constraints, which brings significant challenges for the International Organization responsible for the sport.

KEYWORDS: Football, Nationalism, International Relations, Globalization.

“100 mil deixaram o estádio depressivos; e porque uma vitória nesse jogo de futebol é mais próxima do coração das pessoas do que a captura de uma cidade no Leste, tal evento deve ser proibido pelo bem do humor nacional”.

Martin Luther, Secretário das Relações Exteriores do Terceiro Reich, após a derrota da seleção alemã para a Suécia no dia 20 de setembro de 1942, em Berlim.

Índice

Introdução	9
1. O nacionalismo e o construtivismo	13
1.1. O nacionalismo	13
1.1.1. Um fenômeno moderno	14
1.1.1.1. A invenção das tradições	15
1.1.2. O nacionalismo do pós-Guerra Fria.....	17
1.2. Abordagem teórica das Relações Internacionais	19
1.2.1. A Teoria social construtivista.....	21
1.2.1.1. O interesse nacional.....	24
2. Futebol: tradição inventada e socialmente construída.....	27
2.1. O futebol como tradição inventada.....	27
2.1.1. Materialização da comunidade imaginária	31
2.2. O futebol como construção social	35
2.2.1. O significado do futebol	36
2.2.2. Auto-estima coletiva.....	41
2.2.3. O caso norte-americano	44
3. Futebol e nacionalismo na era da globalização.....	49
3.1. Comercialização e expansão global.....	49
3.2. A interdependência entre a mercantilização e a identificação coletiva	52
3.3. O mercado de atletas.....	59
Conclusão	67
Bibliografia.....	71

Introdução

Era dia 12 de julho de 1998, quase dia 13 pelo horário de Paris. Naquele momento, estima-se que quase um em cada três seres humanos encontrava-se em frente a uma televisão observando a Taça do Mundo ser levantada pelo francês Didier Deschamps. Poucos quilômetros à sudoeste do estádio de Saint-Denis, centenas de milhares de pessoas encaminhavam-se para as proximidades do Arco do Triunfo, símbolo das históricas vitórias militares francesas. Nas paredes do Arco, entretanto, o rosto projetado não era o de Chefes de Estado, mas sim o do novo herói nacional Zinédine Zidane. Filho de pais argelinos, Zidane liderou uma equipe que representava bem a nova França multi-racial, cuja existência tornava-se mais concreta a partir daquela campanha futebolística. Enquanto isso, em um quarto alugado nos andares mais altos de um prédio na Champs-Élysées, gerentes de uma empresa transnacional de material esportivo também se encontravam extasiados. Afinal, as tradicionais três listras da sua marca - presentes nos uniformes dos vencedores - eram facilmente perceptíveis para cerca de 2 bilhões de indivíduos espalhados por quase 200 países do globo. Não obstante, foi a sua propaganda local que obteve a melhor adesão popular, especialmente após o seu lema *la victoire est en nous* ser repetidamente projetado sobre a superfície do Arco durante a madrugada do dia 13 de julho.

O caso descrito não está desvinculado das transformações ocorridas no pós-Guerra Fria. O fim do conflito bipolar que caracterizou o sistema internacional no pós-guerra resultou em uma era de grandes indefinições. Esse período ficou marcado pelo que foi chamado de globalização, processo em grande parte facilitado pelas revoluções tecnológicas ocorridas nas áreas da informação e da comunicação. A globalização teve a capacidade de comprimir o espaço e o tempo ao aumentar as relações sócio-econômicas internacionais, permitindo que diversas civilizações pudessem entrar em contato umas com as outras, o que deu início a inúmeras discussões acerca de uma suposta homogeneização da cultura em nível mundial. Dessa forma, culturas tradicionais estariam fadadas à extinção por imposição das culturas mais influentes na esfera internacional.

Ao mesmo tempo, a antes incontestada hegemonia norte-americana, fruto da vitória sobre o bloco comunista, passou a observar o crescimento de novos atores que contribuíram para relativizar a sua capacidade militar, econômica e cultural. O Leste Asiático, liderado por uma ascensão econômica chinesa sem precedentes, aponta para uma possível mudança em curso do centro da economia mundial do Ocidente para o Oriente. Outros países, antes marginalizados, também começam a tornar-se protagonistas nas Relações Internacionais, com

destaque para as potências regionais Brasil, África do Sul e Índia. Ademais, processos de integração regional multiplicaram-se no período. A União Européia, o exemplo mais bem consolidado, permanece sendo um ator relevante, embora freqüentemente tenha que lidar com uma série de problemas envolvendo o nacionalismo dos seus membros e a xenofobia e o racismo decorrentes das migrações internacionais contemporâneas.

Mas não é apenas em âmbito estatal que se percebe um aumento da pluralidade de atores. A emergência da conscientização mundial em torno de problemas globais, causada pela intensificação do contato entre as sociedades, contribuiu para que empresas transnacionais, instituições internacionais, ONGs e outros líderes ativistas tenham crescido em importância. Por outro lado, o fim da Guerra Fria significou o declínio do monopólio da força armada, haja vista o número de armas que foram parar nas mãos de grupos armados não-estatais. O fortalecimento desses grupos, especialmente no mundo islâmico, constituiu-se em um dos principais acontecimentos do período, tendo sido cunhado o termo “guerra assimétrica” para caracterizar o conflito existente.

Diante dessa conjuntura, o futebol constitui-se em um importante campo de estudo das Relações Internacionais. Esse esporte, devido às suas características e aos significados que carrega, é capaz de revelar diversos elementos acerca das sociedades e da conjuntura política, econômica e social do planeta. Além disso, a sua liderança como esporte mais popular do mundo é incontestável. Segundo um censo realizado pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA) em 2006, existem cerca de 270 milhões de pessoas diretamente envolvidas no futebol, entre jogadores e árbitros (KUNZ, 2007). Esse esporte encontra pouca resistência à sua adesão pelas mais diversas culturas, invariavelmente adaptando-se a elas e tornando-se central no imaginário da comunidade. Durante as últimas duas décadas, o futebol acompanhou a globalização ao conquistar novos mercados, sobretudo o ascendente Leste Asiático. De acordo com Hobsbawm (2007), o futebol é a atividade pública que demonstra enfaticamente a dialética entre a globalização, a identidade nacional e a xenofobia. Sua natureza, ambígua entre a espetacularização do esporte (movimentador de cifras bilionárias e criador de verdadeiras celebridades transnacionais através da massiva cobertura midiática) e um espaço de manifestação da cultura e da identidade nacional, pode explicar em grande parte a complexidade da relação entre a formação de uma cultura de massa global, acentuada desde a queda do socialismo real, e a manutenção dos vínculos coletivos. Apesar da sua importância, e não obstante o aumento considerável de obras que tratam do tema, o assunto costuma ser subestimado academicamente, o que justifica a realização desta monografia.

O presente estudo procurará responder ao seguinte problema central: como e porque o futebol consolidou-se como um dos principais veículos de identificação nacional na era do pós-Guerra Fria, em que pese o processo de globalização e a forte comercialização do esporte? A hipótese selecionada para responder ao problema pode ser descrita assim: o futebol consolidou-se como um dos principais veículos de identificação nacional devido às suas próprias características e significados, interagindo com o processo de globalização e simultaneamente refletindo as características da nova conjuntura internacional. Para isso, o primeiro capítulo cuidará do marco teórico, o qual será estabelecido sob duas óticas complementares. Na primeira, o termo nacionalismo será avaliado, trazendo para o trabalho importantes conceitos como o de tradição inventada e de comunidade imaginária. Na segunda, a teoria construtivista das Relações Internacionais, pela sua ênfase na construção social e pelo conceito de auto-estima coletiva, deverá trazer contribuições para o restante do trabalho.

No segundo capítulo, a prática futebolística será analisada tendo em vista as considerações teóricas apresentadas no primeiro capítulo. De modo a comprovar a manutenção da sua importância como um veículo de identificação nacional no período, uma série de eventos recentes relacionados à conjuntura internacional serão descritos e comentados. Assim, os exemplos não serão limitados geograficamente, mas apenas temporalmente, abarcando o período que vai do fim da Guerra Fria até o presente ano. Uma investigação dos eventos a nível mundial é justificada pelo próprio contexto histórico do período, caracterizado por um incremento do processo de globalização e pela conseqüente expansão do esporte ao redor do mundo. Na segunda parte, será a vez da teoria construtivista explicar o significado socialmente atribuído ao futebol que o torna um objeto relevante de análise nas Relações Internacionais. De forma semelhante à primeira parte, acontecimentos futebolísticos serão detalhados com vistas a facilitar a associação entre a teoria e a prática. Embora o futebol em nível de clubes certamente tenha muito a contribuir para essa discussão, ele só será abordado quando relevante para a questão do nacionalismo.

Por fim, o terceiro capítulo versará sobre as conseqüências da variável globalização sobre o futebol. Como destacam Giulianotti e Robertson (2006), não seria correto pensar o futebol como um fenômeno hermeticamente fechado sobre o qual tem atuado a globalização. Na verdade, esse esporte interage de forma dinâmica com esse processo, criando uma interdependência. Ademais, como será visto, a comercialização, ao mesmo tempo em que tornou possível ao futebol consolidar-se como o esporte mais popular do mundo, também levanta intensos debates acerca dos seus limites. Uma liberalização total do negócio futebol às

leis do mercado poderia esvaziar os seus significados. Nesse contexto, a posição da FIFA diante do problema também será alvo de análise.

O método de abordagem a ser utilizado será o indutivo. A técnica empregada será a de documentação indireta. Realizar-se-á o levantamento de dados principalmente por fontes secundárias, através de uma ampla pesquisa bibliográfica. Além disso, também haverá consultas a periódicos, majoritariamente internacionais, especialmente sobre fatos mais recentes ainda não analisados na academia de forma satisfatória. O levantamento de dados dar-se-á também por fontes primárias, recorrendo-se a dados e estatísticas disponibilizadas por diversas fontes, das quais a principal será a FIFA.

1. O nacionalismo e o construtivismo

Este capítulo procurará estabelecer o marco teórico para o restante do estudo. Para isso, dividir-se-á em duas partes. Na primeira seção, o conceito de nacionalismo deverá ser discutido. Face à complexidade do tema, o qual abrange numerosas interpretações e conceitos, serão descritos aqueles que apresentam uma maior relevância para o restante do trabalho. Na seqüência, considerando o nacionalismo como um fenômeno moderno, analisar-se-á a construção da nação, além de avaliar as características da identificação nacional na era do pós-Guerra Fria. Na segunda seção, procurar-se-á descrever a teoria das Relações Internacionais considerada pelo autor como a mais apropriada para tratar do tema. Essa teoria, o construtivismo, utiliza uma abordagem mais sociológica das Relações Internacionais, diferindo-se substancialmente das teorias tradicionais e aproximando-se dos conceitos de nacionalismo adotados.

1.1. O nacionalismo

Os conceitos dos termos nação e nacionalismo costumam diferir bastante entre os estudiosos. O entendimento acerca deles tem mudado com freqüência ao longo do tempo, devido ao seu caráter complexo e subjetivo. Muitas vezes, uma definição mais objetiva de nação e de nacionalismo acabaria por tornar o conceito simplista, muitas vezes não sendo capaz de lidar com as exceções. Não obstante, para fins deste trabalho será adotada a definição de Guibernau (1997), além da classificação de nacionalismos proposta por Breuilly (2008) e do conceito de comunidade imaginária apresentado por Anderson (1989).

Guibernau (1997) entende a nação como um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar. Por nacionalismo, a autora refere-se ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm vontade de decidir sobre seu destino político comum.

Breuilly (2008) define o nacionalismo como sendo a idéia de que o mundo está dividido em nações que proporcionam um foco de lealdade e de identidade política, o que, por sua vez, faz com que seja demandada uma autodeterminação nacional. O autor procura classificar o nacionalismo por meio de três pontos de vista diferentes: o da ideologia, o da política e o dos sentimentos.

A ideologia pode ser cívica ou étnica. O nacionalismo cívico seria o compromisso assumido em relação ao Estado e a seus valores. Já o nacionalismo étnico seria aquele relacionado a um grupo de descendência comum. O nacionalismo como sentimento pode ser de elite ou das massas, dependendo de que grupo da sociedade considera-o mais relevante. No caso do nacionalismo visto como política, pode-se distinguir entre o fortalecimento do Estado e a subversão do Estado. Enquanto o primeiro procura assegurar ao Estado existente uma legitimidade, fortalecendo-o tanto interna como externamente, o segundo visa à criação de um novo Estado, na maioria das vezes por meio da separação de um Estado maior (BREUILLY, 2008).

Por fim, Anderson (1989) trouxe uma importante contribuição ao cunhar o termo nação como uma comunidade política imaginada. O autor considera a nação como imaginada porque destaca que jamais, nem mesmo em uma nação pequena, os indivíduos conhecerão todos os seus compatriotas. Mais do que isso, provavelmente nunca ouvirão falar deles, o que não impediria que estivesse viva uma imagem de comunhão. Ademais, Anderson também caracteriza estas nações como limitadas, no sentido de que todas elas possuem fronteiras finitas, ainda que possam ser elásticas. A nação ainda pode ser vista como soberana e como uma comunidade, já que, desconsiderando as eventuais explorações e desigualdades que existem nelas, a nação pode ser concebida como um companheirismo profundo e horizontal.

1.1.1. Um fenômeno moderno

Como destaca Guibernau (1997), a origem das nações é um dos problemas mais controversos do estudo do nacionalismo. Ela considera que existem duas posições principais: a primeira é de que a nação é uma coisa natural, ou seja, é uma divisão natural da raça humana; a segunda é de que o nacionalismo é fundamentalmente um fenômeno moderno, ligado ao surgimento de uma sociedade industrial. Guibernau, entretanto, considera ambas as posições como incompletas. Para a autora, a visão baseada na naturalidade da nação é muito simplista, enquanto as teorias que defendem a modernidade da nação estariam ignorando as raízes históricas das comunidades étnicas que se transformaram em nações e mais tarde puderam ou não converter-se em Estados Nacionais. Diante dessas observações, a presente pesquisa adotará a visão de Hobsbawm e os seus conceitos como o de protonacionalismo e o de invenção das tradições.

1.1.1.1. A invenção das tradições

Hobsbawm (1990) considera o nacionalismo como um acontecimento moderno. O autor não ignora, entretanto, a existência de sentimentos de vínculo coletivo anteriormente à era moderna. Para que esse vínculo se constitua em um critério essencial daquilo que modernamente conhecemos como nação, contudo, deverá existir uma relação necessária com a unidade da organização política territorial:

[...] enquanto os judeus, espalhados pelo mundo por alguns milênios, nunca deixaram de se identificar a si mesmos, onde estivessem, como membros de um povo especial e distinto dos vários ramos de não-crentes entre os quais viviam, em momento nenhum, ao menos desde o retorno do cativo babilônico, isto implicou uma aspiração séria por um Estado político judeu – para não falar de um Estado territorial – até que um nacionalismo judeu foi inventado no final do século XIX por analogia com o recém-formado nacionalismo ocidental (HOBSBAWM, 1990, p. 64 e 65).

Aos casos em que existe uma identificação coletiva, embora lhes falte o desejo de criar uma organização política, o autor chamou de protonacionalismo. Hobsbawm (1990) identifica quatro elementos importantes do protonacionalismo popular: a língua, a etnicidade, a religião e a consciência de pertencer ou ter pertencido a uma entidade política durável.

Em que pese as limitações dos sentimentos protonacionais para que sejam considerados verdadeiros nacionalismos no sentido moderno, seus elementos, símbolos e sentimentos tiveram o efeito de facilitar a mobilização em torno de algumas causas nacionais. Diante disso, alguns instrumentos mostraram-se essenciais ao surgimento de nacionalismos modernos. Os principais foram o controle, por parte do Estado moderno, dos meios de comunicação e da educação (GUIBERNAU, 1997).

Anderson (1989) já havia enfatizado o papel fundamental representado pelo capitalismo editorial para a construção de uma comunidade imaginária. Para ele, isso tornou possível às pessoas pensarem sobre si mesmas e relacionarem-se com outras de uma maneira profundamente renovada. Além disso, o capitalismo editorial agregou importância e estabilidade às línguas vernáculas. Por um lado, isso implicou a decadência de línguas sagradas, como o latim, que tinham acesso privilegiado ao conhecimento e eram dominadas pelas elites. Por outro lado, a estabilização das línguas vernáculas facilitava a vinculação entre o passado e o presente, elemento essencial à idéia de nação e de memória coletiva.

Além das vantagens da língua unificada para os governados, também os governantes as viam com bons olhos. O sucesso da manipulação dos meios de comunicação por parte dos governantes dependia da existência de uma língua nacional, sem falar do contexto de

democratização e de controle burocrático que acompanharia a modernização. O desenvolvimento técnico e científico posterior permitiu ao Estado um controle cada vez maior dos indivíduos, e a conseqüente padronização e homogeneização destes últimos deveria ser adquirida por meio da alfabetização (HOBSBAWM, 1990).

A emergência do nacionalismo moderno esteve muito ligada ao advento do Iluminismo e ao conseqüente refluxo da fé religiosa. Esse fato, aliado às transformações sociais oriundas da era industrial, acabou por tornar mais incerta a lealdade dos cidadãos ao Estado. Assim, tornava-se fundamental aos governantes a elaboração de uma nova forma de lealdade cívica. O nacionalismo tornou-se um substituto para a coesão social que ocorria por meio de uma igreja nacional, de uma família real ou de outras tradições coesivas. Para Hobsbawm, grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos ou muito transformados exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social (ANDERSON, 1989; HOBSBAWM, 1984; 1990).

Assim, além do controle dos meios de comunicação, de importância cada vez maior entre seus habitantes, os Estados procuraram utilizar a educação – principalmente as escolas primárias – para difundir a imagem e a herança da nação, incitando adesão a ela e ligando o povo ao país e à bandeira (HOBSBAWM, 1984). Esse processo foi realizado pelo que Hobsbawm chamou de tradições inventadas.

O termo tradição inventada está estreitamente ligado ao conceito de ícones sagrados, como a bandeira e o hino nacionais. Hobsbawm (1984) define tradição inventada como um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam a construir certos valores e normas de comportamento através da repetição. Essa repetição implicaria, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Como visto em relação à estabilização das línguas vernáculas, essa relação de continuidade com um passado histórico apropriado é um fator relevante para o movimento nacionalista.

Todavia, convém salientar que, embora por invenção de tradições tende-se a pressupor que o processo tenha sido exclusivamente realizado de cima para baixo, ou seja, dos governantes para os cidadãos, Hobsbawm (1984) aponta que também foram inventadas tradições no sentido inverso. Como exemplos de tradições inventadas de cima para baixo, pode-se citar a ritualização de ícones sagrados como a bandeira, os monumentos e o hino nacional. Como exemplo das tradições inventadas de baixo para cima, o autor cita as comemorações do dia do trabalho e expansão dos esportes de massas. Enquanto o dia do trabalho adquiriu um viés mais internacionalista, os esportes estiveram muito ligados à identificação nacional.

1.1.2. O nacionalismo do pós-Guerra Fria

A fragmentação dos Estados comunistas na Europa oriental foi dos principais acontecimentos no que concerne a manifestações nacionalistas na nova era. Esses Estados multi-étnicos, altamente fragilizados, não puderam evitar a emergência de aspirações nacionalistas. Nos termos de Breuilly, tratou-se, sob a ótica política, de movimentos de subversão do Estado e, sob a ótica ideológica, de nacionalismo étnico. Como pôde ser observado, a tensão resultou em conflitos armados, com destaque para as regiões do Cáucaso sob domínio russo e, principalmente, para a região da antiga Iugoslávia. Além do caso europeu, cabe destacar também a intensificação dos conflitos étnicos na África. O genocídio de 1994 na Ruanda, por exemplo, acarretou a morte de cerca de 800 mil pessoas.

Outro acontecimento importante da década de 90 foi a consolidação dos blocos regionais. Segundo Vizontini (2005), a regionalização é inerente à globalização. Com o intuito de incrementar a competitividade, tornou-se necessária a eliminação de alguns entraves decorrentes da soberania do Estado nacional. Apesar disso, as integrações supranacionais, não obstante o discurso livre-cambista, representam uma forma protecionista ampliada do plano nacional ao regional, com vistas a resguardar setores de alguns Estados frente à concorrência internacional (VIZENTINI, 2005).

Todavia, os processos de integração regional normalmente enfrentam grandes dificuldades. Entre elas, a falta de uma identidade coletiva que vincule as populações dos Estados leva a uma fragmentação entre grupos nacionais e dificulta o consenso em relação às políticas dos blocos. Mesmo se considerarmos o caso mais evoluído de integração, a União Européia, perceberemos a relativa falta de um sentimento pan-europeu no continente. Esse fato pode ser evidenciado nas grandes abstenções ocorridas quando das eleições para o parlamento europeu, além de obstaculizações nacionais ao processo, tal qual o primeiro referendo irlandês que não ratificou o Tratado de Lisboa. Na Ásia, as rivalidades nacionais, ainda que haja alguns progressos, continuam sendo um empecilho ao processo de integração regional em um dos pólos mais importantes da economia mundial.

O período do pós-Guerra Fria também ficou marcado pelo que ficou conhecido como o processo de globalização. Esse processo permitiu o encurtamento das distâncias entre as sociedades e foi acentuado por uma revolução tecnológica das comunicações e dos transportes. A intensificação das relações sociais e econômicas significou que acontecimentos ocorridos em um lado do mundo podiam impactar instantaneamente sociedades do outro lado. Essa interdependência, conjugada com a emergência da conscientização em torno de questões

globais (como o risco nuclear, os direitos humanos e o meio ambiente), produziu entendimentos de que estaríamos nos dirigindo para uma sociedade culturalmente homogênea¹.

Entretanto, como salienta Guibernau (1997) a criação de uma identidade global apresenta uma série de problemas importantes decorrentes da impossibilidade de resolver duas condições: a continuidade no tempo e a diferenciação em relação aos outros. Uma identidade nacional está fortemente ligada a um passado comum, criador de um meio de solidariedade. Todavia, uma suposta identidade global seria obrigada a enfrentar a total carência de um passado comum que formasse uma consciência coletiva. Por outro lado, o importante aspecto da diferenciação em relação aos outros só poderia obter sucesso caso existisse o outro, o que de certo modo é inviabilizado por uma identidade global. O que se percebe, contudo, é que a globalização vem agindo no sentido inverso, multiplicando a percepção da existência de outros, uma vez que coloca em contato sociedades tão distantes que de outra forma jamais se conheceriam (GUIBERNAU, 1997).

O nacionalismo, então, apresentaria uma reação direta à sensação individual e coletiva de dúvida e de fragmentação oriundas da globalização. A necessidade de estabelecer um vínculo coletivo forte que impeça o desaparecimento de determinadas culturas locais favorece o contínuo fortalecimento do papel das tradições. Como o indivíduo encontra-se inseguro diante desse ambiente de incerteza e fragmentação, as tradições trabalham no sentido de estabelecer a continuidade temporal e a diferenciação necessárias à sua coesão e coerência pessoal. A principal estratégia para a preservação antigamente era o isolamento, e isto não é mais possível (GUIBERNAU, 1997). De acordo com Breuilly (2008), o nacionalismo atual procura mais um reconhecimento cultural e uma ação afirmativa do que independência política.

Por fim, pode-se acrescentar outro aspecto ao problema da questão nacional no período da globalização: o aumento da mobilidade humana. Ao contrário da expansão das migrações ocorrida no século XIX, o sentido das migrações recentes ocorre dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos por causa da desregulamentação dos mercados e das altas taxas de desemprego nos países pobres. O resultado disso é o aumento das tensões oriundas de um dos principais aspectos do nacionalismo: a diferenciação entre “nós” e “eles”. Com efeito, países como os Estados Unidos e os da Europa ocidental observam um

¹ Entretanto, é importante ressaltar que a globalização não se deu de maneira homogênea ao redor do mundo. Segundo Vizentini (2005), enquanto certas áreas e grupos são integrados globalmente, outros são excluídos dessa transformação, agravando a concentração de riqueza em termos nacionais e sociais.

incremento dos casos relacionados à xenofobia e ao racismo. O caso europeu é ainda mais intrigante, pois o lugar que foi o berço do nacionalismo (com seus Estados procurando estabelecer populações etnicamente homogêneas por meio de guerras, genocídios e transferências em massa de populações) assiste nos últimos anos a uma miscigenação étnica decorrente das transformações sócio-econômicas mundiais (HOBSBAWM, 2007).

1.2. Abordagem teórica das Relações Internacionais

Durante a maior parte do tempo, a produção teórica das Relações Internacionais apresentava-se polarizada entre duas concepções principais: o realismo e o liberalismo. O realismo é a teoria dominante nas Relações Internacionais, e alguns de seus preceitos já eram observados em autores como Tucídides, Maquiavel, Hobbes e Rousseau. A lente realista alcançou grande prestígio no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a queda da União Soviética. O liberalismo tem como seus precursores autores como Locke e Kant, mas foi com a declaração dos Quatorze pontos do presidente norte-americano Woodrow Wilson, em 1918, que essa lente adquiriria maior relevância para a disciplina. Conceitos como a autodeterminação dos povos e a segurança coletiva foram defendidos, culminando inclusive com a criação de uma instituição internacional, a Liga das Nações, para que esta se tornasse responsável pela paz. No entanto, os acontecimentos posteriores foram decisivos para o seu fracasso e para a relegação da teoria liberal para o segundo plano nas análises do sistema internacional².

Mesmo que o realismo não possa ser considerado uma teoria marcada pela unidade e coerência, Dougherty e Pfaltzgraff (2003) identificam alguns pressupostos centrais nesta teoria: a) os Estados são os atores centrais do sistema internacional; b) a política internacional é caracterizada pelo conflito, constituindo-se um ambiente anárquico onde os Estados lutam pelo poder e pela sua sobrevivência; c) os Estados são atores unitários e a política interna ou doméstica pode ser separada da política externa; d) os Estados são atores racionais caracterizados por um processo de tomada de decisões que leva a escolhas baseadas no

² Não obstante, alguns autores consideram que os EUA, ao final da segunda guerra, aproveitaram a oportunidade para inserir alguns princípios fundamentais do liberalismo nas instituições internacionais recém-criadas, como a democracia e o livre-comércio (DUNNE, 2008). A derrocada da União Soviética e a globalização dos anos 90 trariam novamente alguns valores liberais para o centro dos debates, como o livre-mercado, a democracia e a paz. O liberal norte-americano Francis Fukuyama chegaria a proclamar o fim da história, com o triunfo do capitalismo e o fim das ditaduras. No entanto, os atentados de 11 de setembro enfraqueceriam novamente a credibilidade da percepção liberal.

interesse nacional; e e) a preeminência da distribuição de poder como variável mais importante para a previsão e a explicação da conduta dos Estados.

O liberalismo, por sua vez, não compartilha da visão essencialmente pessimista dos realistas. Os autores identificados com esta teoria, embora também careçam de consenso, compartilham idéias quanto à cooperação e à interdependência entre os Estados, à existência de atores não-estatais, como as empresas transnacionais e as instituições internacionais, e à importância do fator doméstico na política internacional. Além disso, os liberais procuram projetar valores de ordem, liberdade, justiça e tolerância nas Relações Internacionais, em contraposição ao sistema anárquico realista. O contexto de Guerra Fria, entretanto, não parecia favorecer as percepções liberais. Como resultado, autores como Keohane propuseram uma teoria neoliberal, a qual considerasse alguns pressupostos do neorealismo³ como a importância da estrutura internacional na constituição do comportamento estatal, a afirmação do Estado como ator central e a aceitação deste como essencialmente egoísta. Não obstante, visões como as referentes à cooperação internacional, à segurança e ao papel das instituições continuavam diferindo entre eles (DUNNE, 2008; REUS-SMIT, 2001).

Durante os anos 80, o embate entre os neorealistas e os neoliberais foi uma constante na disciplina de Relações Internacionais, principalmente nos Estados Unidos. O fim da Guerra Fria, porém, trouxe para a análise uma série de questões respondidas de forma insatisfatória pelas tradicionais correntes do campo das Relações Internacionais. Com o colapso da União Soviética, as teorias tradicionais foram forçadas a enfrentar uma crise de credibilidade, uma vez que não foram capazes de prever o ocorrido:

O fato de nenhuma das teorias o ter feito deveria levar-nos a questionar a adequação das teorias e os métodos com que temos estudado a política internacional. Se as teorias então existentes não puderam explicar ou prever o fim da guerra fria, então qual é a ajuda que vão poder prestar na transformada era do pós-guerra fria? Uma vez que as nossas teorias das Relações Internacionais se foram colocando como objetivo a compreensão das forças que determinam o futuro, elas mostraram-se claramente deficientes, mesmo à luz dos seus próprios critérios, no que toca à antecipação do fim da guerra fria (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2003, p.799).

Aliado a isso, a emergência de diversas questões cruciais acerca da nova ordem internacional resultou em uma agenda teórica bastante complexa. A globalização dos mercados, por exemplo, tornou mais permeável as fronteiras nacionais, dificultando o

³ Neorealismo é uma revisão, elaborada por Waltz, da teoria realista. Sua diferença fundamental está na maior importância atribuída à estrutura internacional como definidora e distribuidora das capacidades dos atores. Para os neorealistas, a cooperação é inviável porque os Estados buscam sempre ganhos relativos, enquanto que os neoliberais acreditam que eles contentam-se com ganhos absolutos.

controle dos Estados sobre o fluxo de bens, capitais e pessoas e relativizando o poder estatal. Simultaneamente, a intensificação das relações sociais em escala mundial implicou a acentuação da importância de outros atores no sistema internacional, como as instituições internacionais, as ONGs e os próprios indivíduos. Como consequência da pluralidade de atores e da maior visibilidade das suas demandas constrói-se gradativamente uma maior conscientização acerca de problemas que não estão limitados ao âmbito nacional, tais como os direitos humanos, o desarmamento nuclear e a defesa do meio-ambiente. Enfim, a nova era trouxe uma série de questões que, devido a sua complexidade, prepararam o terreno para a emergência de novas teorias nas Relações Internacionais.

1.2.1. A Teoria social construtivista

Não obstante as suas diferenças, tanto o neorealismo quanto o neoliberalismo são teorias racionalistas. Ambos levam em consideração as teorias de escolha racional da teoria microeconômica. Para as duas visões, os atores políticos são considerados egoístas e racionais, pré-sociais (suas identidades e seus interesses já estão formados quando das interações sociais) e a sociedade é concebida como um cenário estratégico, onde os atores perseguem a maximização dos seus interesses pré-definidos (REUS-SMIT, 2001).

Como desafio a essas teorias racionalistas, surgiu uma nova concepção nas Relações Internacionais, o construtivismo. Essa emergente visão preocupa-se em analisar como o mundo é socialmente construído, como ele é construído pelas idéias que os atores dividem entre eles e outros sobre o mundo em que vivem e, a partir disso, o que poderia e deveria ser feito. O diferencial do construtivismo está na maior importância dada às idéias, que funcionariam como modeladoras dos atores e das ações na política internacional (ARMSTRONG, FARRELL; LAMBERT, 2007).

Wendt (1999) explica que, apesar de que nenhum dos aderentes do neorealismo e do neoliberalismo tende a se chamar de materialista, ambos constantemente se referem a poder e a interesse, e às vezes até mesmo a instituições, como fatores “materiais”. Os teóricos construtivistas, entretanto, agregariam um quarto fator: as idéias. Para Wendt, apesar das idéias também serem importantes para os neoliberais, estes se focam nas maneiras como as idéias podem ter efeitos causais independentes de outras causas como o poder e o interesse. Todavia, idéias também têm efeitos constitutivos sobre o poder e o interesse:

O argumento *não* é que as idéias são mais importantes do que poder e interesse, ou de que elas são autônomas ao poder e ao interesse. Poder e interesse são tão importantes e determinantes quanto eles eram antes. O argumento é antes que o poder e o interesse têm os efeitos que eles têm em virtude das idéias que os modelam. Explicações baseadas em poder e interesse *pressupõe* idéias, e neste sentido não são rivais às explicações baseadas nas idéias. Meu argumento é portanto diferente do argumento Neoliberal de que uma substancial proporção da ação estatal pode ser explicada por idéias e instituições ao invés de poder e interesse. Isso trata as idéias em termos causais, o que, embora seja importante, não é suficiente. A questão de “como” as idéias importam não é limitada aos seus efeitos causais (WENDT, 1999, p.135)

Assim, uma das análises da teoria consiste em examinar como os atores concedem significado às suas ações. A intenção é compreender como o conhecimento, ou seja, como os símbolos, as regras, os conceitos e as categorias moldam a forma como os indivíduos constroem e interpretam o seu mundo. A realidade não está previamente consolidada. Pelo contrário, o conhecimento cultural e historicamente produzido é que permitirá aos indivíduos construir e dar significado à realidade (BARNETT, 2008). Os construtivistas consideram que os recursos materiais, por exemplo, de importância fundamental para os realistas, na verdade dependem do significado social atribuído a eles, resultado da estrutura de conhecimento compartilhado⁴ na qual estão inseridos:

Por exemplo, Canadá e Cuba são ambas potências médias que existem ao lado dos Estados Unidos, ainda que a simples balança de poder militar não pode explicar o fato de que o primeiro é um aliado próximo norte-americano, enquanto o último é um feroz inimigo. Idéias sobre identidade, as lógicas da ideologia e as estruturas de amizade e inimizade emprestam à balança militar de poder entre Canadá e os EUA e entre Cuba e os EUA resultados radicalmente diferentes (REUS-SMIT, 2001, p. 217).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os racionalistas afirmam que as estruturas materiais podem influenciar o comportamento dos atores políticos e sociais, sejam eles indivíduos ou Estados, os construtivistas consideram que estruturas sociais são também tão importantes quanto estruturas materiais como a distribuição de poder militar e de poder econômico. Essas estruturas sociais podem proporcionar direções e objetivos para os Estados. Os valores nelas contidos e as regras e papéis que elas definem canalizam o comportamento. Os atores não se conformam a elas apenas por motivos racionais, mas também porque eles se tornam socializados a aceitar esses valores, regras e papéis (FINNEMORE, 1996; REUS-SMIT, 2001).

⁴ *Shared Knowledge*, tradução livre.

Com efeito, dada a importância da estrutura dos conhecimentos compartilhados, os atores frequentemente justificam as suas ações tendo por base esses valores. Todavia, caso a apelação para normas e ideais estabelecidos não seja consistente com os princípios proclamados, à ação faltará legitimidade (REUS-SMIT, 2001). Com vistas a invadir o Iraque, em 2003, o governo norte-americano procurou justificar a sua ação (e, portanto, torná-la legítima aos olhos da opinião pública mundial, de forma a obter aliados para a socialização dos custos) sob o argumento de que o governo de Saddam Hussein escondia armas de destruição em massa. Um ano após a invasão, diante das evidências de que o argumento não correspondia à realidade, George W. Bush e Tony Blair começaram a difundir o argumento da necessidade de levar democracia e liberdade ao Iraque e ao Oriente Médio (BYERS, 2005). O resultado foi a perda de credibilidade e a relativa ausência de apoio internacional à operação:

Estados, incluindo grandes potências, buscam legitimidade, a crença de que eles estão agindo de acordo e estão perseguindo os valores da ampla comunidade internacional. Há um relacionamento direto entre suas legitimidades e os custos com um curso de ação: quanto maior a legitimidade, maior a facilidade com que eles irão convencer outros a cooperar com as suas políticas; quanto menor a legitimidade, mais custosa será a ação (BARNETT, 2008, p.165).

Com relação a mudanças nas normas e nos valores, a maioria dos construtivistas acredita que estas se dão por meio de empreendedores de normas⁵, ou seja, líderes visionários nas comunidades de políticas públicas, ou Estados e instituições poderosas no sistema internacional. Isto se dá essencialmente por meio de processos instrumentais, mas envolve também processos sociais (como o discurso e a argumentação). Assim, os empreendedores utilizam-se de recursos sociais, como a *expertise* e a autoridade moral, para convencer a comunidade a aceitar as normas. O construtivismo destaca também o poder de líderes ativistas e de ONGs na mudança de normas nas áreas de direitos humanos e do meio-ambiente (ARMSTRONG, FARRELL; LAMBERT, 2007).

As dificuldades enfrentadas pela teoria construtivista das Relações Internacionais são comparáveis aos desafios de conceituação do nacionalismo por parte dos estudiosos. Ao negar informações pré-concebidas acerca da distribuição de interesses e de poder típicas das teorias racionalistas e ao pregar a importância da interação social (o que torna a análise mais restrita e subjetiva), falta ao construtivismo a necessária generalidade das grandes teorias. Aliás, na opinião de Guibernau (1997), a força do nacionalismo procede não apenas do pensamento racional, mas do poder irracional das emoções que se originam dos sentimentos de pertencer a

⁵ *Norm entrepreneurs*, tradução livre.

um grupo determinado. Para a construtivista Finnemore (1996, p.32), “o nacionalismo é um interesse social e é socialmente construído”.

Assim, conforme o que foi observado na seção anterior, a teoria construtivista pode explicar de forma bastante satisfatória o nacionalismo. A formação de um sentimento nacional não é independente da interação social. A invenção de tradições, uma prática que permitiu que fosse estabelecida uma necessária continuidade em relação ao passado de uma comunidade - reforçando a consciência coletiva -, foi uma estratégia utilizada especialmente pelos governos para empreender valores, normas e idéias de coesão social que contribuiriam para legitimar a sua posição dirigente.

Os significados que adquiriram essas tradições seriam, então, uma consequência dos entendimentos socialmente atribuídos a elas que, por sua vez, dependeram da configuração cultural e histórica de grupos específicos. Para construir esse entendimento, o controle dos meios de comunicação e da educação pelo governo foi essencial, cujos valores e idéias de identificação nacional procuravam substituir os tradicionais laços religiosos da era pré-industrial. Apesar disso, outras tradições que não se caracterizaram por serem impostas de cima para baixo também receberam um forte significado de identificação nacional. A prática futebolística, como será analisada no capítulo 2, é um dos principais exemplos.

1.2.1.1. O interesse nacional

Como visto, os construtivistas acreditam que as identidades e os interesses dos atores são definidos por meio da interação social. Dessa forma, a análise dos interesses dos diversos Estados fica bastante prejudicada, haja vista a variação cultural e histórica que os acomete constantemente. Não obstante, Wendt (1999) descreve alguns elementos que parecem constituir-se em características essenciais dos Estados, independentemente de considerações sociais.

Segundo o autor, os neoliberais George e Keohane identificariam três interesses nacionais: a sobrevivência física, a autonomia e o bem-estar econômico. À esses três interesses Wendt (1999) adicionaria um quarto: a auto-estima coletiva. Ainda para o autor, os neorealistas, como Waltz, considerariam a existência de apenas um interesse: a sobrevivência. Esta seria uma pré-condição para que fosse possível atingir outros objetivos. Diante de um sistema internacional anárquico, há uma necessidade vital de proteger o Estado a qualquer custo.

A autonomia está ligada à capacidade do Estado de manter o controle sobre a alocação dos seus recursos e sobre as suas escolhas. A idéia é que não bastaria para o Estado a manutenção da sua existência caso não houvesse a independência e a liberdade necessárias para a realização das demandas internas e para responder às contingências do ambiente. Esse conceito deriva do tradicional conceito de soberania estatal (WENDT, 1999).

Bem-estar econômico refere-se à manutenção do modelo de produção em uma sociedade e da base de recursos do Estado. Wendt (1999) chama a atenção para o fato de que o conceito de bem-estar descrito tem sido confundido na sociedade moderna com o conceito de crescimento econômico. Para o autor, entretanto, esta percepção deriva da característica do modelo de produção capitalista, que necessita da sua reprodução tanto para a legitimação da ordem econômica quanto para aumentar os benefícios materiais da sociedade. Todavia, em última instância, é o bem-estar econômico e não o crescimento econômico que se caracteriza como um interesse nacional (WENDT, 1999).

Por último, o construtivista adiciona aos interesses nacionais o conceito de auto-estima coletiva. De acordo com o autor, auto-estima coletiva refere-se à necessidade do grupo de sentir-se bem sobre si mesmo. Por ser uma necessidade humana básica, os indivíduos buscam-na constantemente em uma associação. Como resultado, essa associação passa a incorporar esse desejo, que pode expressar-se de várias maneiras diferentes. Como salienta o autor, essa característica dos Estados não é independente da estrutura de conhecimentos compartilhados existente, uma vez que a percepção da auto-imagem coletiva passa em grande parte pelo relacionamento com significativos “outros”. É pela perspectiva do “outro” que o “eu” percebe-se. Em ambientes internacionais altamente competitivos, as auto-imagens negativas tendem a emergir da percepção de desdém e da humilhação por parte de outros Estados (WENDT, 1999).

Talvez o melhor exemplo da importância deste último fator seja o envolvimento militar alemão no pós-Guerra, analisado por Zehfuss (2002):

O antimilitarismo é freqüentemente apresentado como um efeito da socialização do pós-segunda guerra. A não-violência e a pacificação requerida da República Federal da Alemanha após a guerra se tornaram objeto de convicção. A rejeição do uso da força na política internacional foi então vista como internalizada (ZEHFUSS, 2002, p.25).

Dessa forma, a auto-estima alemã no pós-Guerra fora fortemente abalada. A rejeição externa à Alemanha contribuiu para a construção de uma auto-imagem negativa dentro do país. Como mostra Zehfuss (2002), a aprovação interna ao envolvimento militar alemão em

conflitos internacionais era de apenas um em cada quatro por ocasião da Guerra do Golfo, em 1991. No caso alemão, o fator auto-estima nacional mostra-se tão ou mais importante do que o da sobrevivência do Estado, estreitamente ligada ao militarismo.

2. Futebol: tradição inventada e socialmente construída

O presente capítulo procurará estabelecer a relação moderna existente entre a prática futebolística e os processos de identificação nacional, tendo por base as considerações teóricas do capítulo anterior. Com esse objetivo, serão descritos e analisados os eventos futebolísticos de maior relevância ocorridos entre o final da Guerra Fria e o presente momento. Na primeira seção, a formação do futebol e os seus acontecimentos modernos serão analisados à luz de conceitos como o de tradição inventada e o de comunidade imaginada. Na segunda seção, observar-se-á de que forma a teoria construtivista poderia contribuir para explicar a importância socialmente atribuída ao futebol por diversos governos e populações.

2.1. O futebol como tradição inventada

Criado nas escolas secundárias privadas inglesas na segunda metade do século XIX, freqüentadas por filhos da velha aristocracia e da nova burguesia comercial britânica, o futebol cumpria o papel de distinção e de modelador do caráter das elites inglesas da época. A condição hegemônica do império britânico significava que seus administradores deveriam prezar pelo condicionamento físico, uma vez que seriam destinados a governar regiões longínquas e inóspitas e a enfrentar a hostilidade de súditos pouco civilizados. Os ingleses da era vitoriana estavam crescentemente preocupados com a saúde física, moral e mental das suas elites, e o esporte ensinava-lhes simultaneamente lições essenciais de cooperação e competição. Já em 1864 o jornal londrino *The Field* definia o futebol como preparação para os futuros governantes do país, selecionando estes últimos por meio de um darwinismo social aplicado ao esporte (FRANCO JÚNIOR, 2007; GOLDBLATT, 2006).

A codificação do futebol em 1863, parte de um processo mais amplo de regulação da vida social que acompanhou a chegada da modernidade, permitiu que as práticas futebolísticas fossem libertadas das influências locais e regionais, fato essencial para a constituição de uma cultura esportiva globalizada (DAMO, 2005). A popularização do jogo, isto é, a sua expansão para as classes trabalhadoras, foi também facilitada pela disposição dos dirigentes da Associação de Futebol em aceitar equipes de origem popular em ligas profissionais (resultado de uma ampliação dos direitos civis e políticos nas democracias liberais do século XIX). A possibilidade de serem ressarcidos ao trocarem o trabalho pelo esporte – a profissionalização – foi fundamental para o acesso das classes operárias ao futebol. O significado social atribuído ao futebol também acompanharia essa mudança, já que

ele passaria a desempenhar uma função de identificação coletiva de pessoas de *status* equiparado, em contraposição à busca por distinção do período em que era privilégio das elites (DAMO, 2002).

Em uma época em que se buscavam novas formas de coesão social, era natural que os proletários adotassem um esporte coletivo como entretenimento e identificação. Ademais, três outros fatores inerentes ao futebol são primordiais para entender a propagação desse esporte para as classes mais baixas e também para o resto do mundo: a imprevisibilidade, o acesso democrático e a simplicidade do seu funcionamento.

Quanto à imprevisibilidade, o fato de o jogo ser realizado sobre a grama e a céu aberto é um dos principais fatores. Como salienta Wisnik (2008), tanto os acidentes do terreno como a força das intempéries constituem-se em um elemento importante no que se refere à imprevisibilidade do futebol. Outro fator é que o futebol é jogado com os pés. Trata-se de uma parte do corpo que contém pouca flexibilidade, menor controle e precisão, o que faz com que a posse da bola seja altamente transitória em comparação com os esportes manuais. Assim, as dificuldades impostas pelo terreno e pelo clima adverso, aliados ao frágil controle da bola proporcionado pelos pés, geram uma ampla gama de possibilidades ao jogo de futebol, fazendo com que invariavelmente o time considerado mais fraco acabe surpreendendo (WISNIK, 2008).

Outras duas características importantes para a sua adoção ao redor do mundo parecem ser a sua simplicidade e a sua democraticidade. Para Murray (2000), o futebol é um jogo de fácil organização, já que pode ser praticado sobre as mais irregulares superfícies, em quase todas as condições meteorológicas e com os mais simples dos materiais. Não há uma regra fixa para o número de participantes e para o espaço requerido em um jogo amador. Segundo Goldblatt (2006), o futebol é fácil de compreender (são apenas 17 regras) e é democrático. Por um lado, não há a necessidade de comprar equipamentos caros para praticá-lo, já que até mesmo a bola pode ser substituída por algum objeto minimamente semelhante. Por outro, o jogo não favorece apenas um tipo físico. Desde pessoas baixas e fracas até pessoas altas e magras podem obter sucesso no futebol.

A expansão da cultura futebolística para o mundo decorreu da posição imperial britânica, mas não foi resultado de uma estratégia calculada⁶. No restante da Europa, por exemplo, os esportes em sua forma moderna eram importados conscientemente, em termos de valores sociais e de estilos de vida, da Grã-Bretanha, em grande parte por aqueles que eram

⁶ Pode-se dizer que, sob a ótica construtivista, o império britânico não agiu como empreendedor de valores e de idéias da cultura futebolística.

influenciados pelo sistema educacional da classe alta inglesa. Mas foram principalmente as conexões comerciais do império que viabilizaram a disseminação do jogo bonito⁷ para o resto do mundo. Na Europa continental, na África e na América do Sul operários, ferroviários e imigrantes tiveram importante papel na expansão do futebol (GIULIANOTTI, 1999; HOBSBAWM, 1984).

Nos lugares em que as ligações militares do império foram mais profundas, entretanto, o futebol enfrentou forte oposição. Como era reconhecido como um esporte da metrópole, o futebol tendeu a ser marginalizado nos povos colonizados. Na Índia, por exemplo, esse esporte é ainda basicamente amador⁸. Em outros lugares surgiram adaptações ao futebol para que esses novos esportes pudessem ser identificados como nacionais. Na Irlanda, o futebol gaélico tem essa função. A Associação responsável pela organização do jogo, a Gaelic Athletic Association (GAA), chegou a ameaçar os seus membros de expulsão caso eles jogassem o esporte colonial.

A difusão internacional do futebol durante o final do século XIX e o começo do século XX ocorreu quando boa parte das nações européias e latino-americanas estava negociando as suas fronteiras e formulando as suas identidades culturais. As grandes cidades recebiam novos cidadãos oriundos das zonas rurais ou do exterior. Os processos de modernização, como a industrialização, a urbanização e a crescente migração, desmantelaram os vínculos culturais e sociais das comunidades rurais. Assim, as nações modernas necessitavam de novos modos de unificar as pessoas como uma comunidade imaginada (GIULIANOTTI, 1999).

Uma linguagem compartilhada, um sistema educacional e os meios de comunicação em massa foram fundamentais para a disseminação do nacionalismo moderno. Essas ferramentas, entretanto, tinham a característica de serem tradições inventadas predominantemente pelas elites governantes, desejosas de garantir a legitimidade e a estabilidade social. A prática futebolística, por sua vez, pelo fato de ter adquirido o significado de vinculação coletiva somente após a sua difusão entre as camadas populares, pode ser vista como uma tradição inventada de baixo para cima. Esse esporte constituiu-se em um importante meio de coesão social disseminado pelas classes mais baixas – com a ajuda das

⁷ *Beautiful game*, tradução livre.

⁸ A exceção parece ser a região de Bengala Ocidental. No começo do século XX, o futebol era jogado com grande entusiasmo pelos funcionários dos serviços públicos e pelos soldados do exército britânico. Em 1911, o Mohun Bagan, time indiano, conquistou o campeonato da Associação Indiana de Futebol em Calcutá, derrotando os melhores times dos colonizadores britânicos. A notícia da vitória logo seria transmitida por sinais – como pombos e pipas – ao resto da colônia, tornando-se um grande acontecimento para o nacionalismo indiano. A conquista, que foi realizada por meio do principal esporte dos colonizadores, chegou a ser comparada à vitória militar do Japão sobre a Rússia em 1905, a primeira de um país asiático sobre uma potência européia (GOLDBLATT, 2006; MURRAY, 2000).

narrações esportivas dos meios de comunicação nacionais –, vinculando as pessoas através da identificação a um time de futebol⁹. Com a decadência da religião, Hobsbawm (1984) defende que o futebol adquiriu um *status* de culto proletário de massa, reforçando as identidades na promoção de uma coesão social:

Entre meados da década de 1870, no mínimo, e meados ou fins da década de 1880, o futebol adquiriu todas as características institucionais e rituais com que estamos familiarizados: o profissionalismo, a Confederação, a Taça, que leva anualmente em peregrinação os fiéis à capital para fazerem manifestações proletárias triunfantes, o público nos estádios todos os sábados para a partida do costume, os “torcedores” e sua cultura, a rivalidade ritual, normalmente entre facções de uma cidade ou conurbação industrial (HOBSBAWM, 1984, p. 296)

Referindo-se ao conceito de Anderson de comunidades imaginadas, Taylor (2004) considera que as comunidades não são construídas em esferas concretas, ou seja, que o senso de comunidade existe, em parte, como um ato de imaginação e de abstração emocional. O autor afirma que a esfera das comunidades é parcialmente abstrata e é construída por meio de distintos mitos e dramas, contos de heróis e de vilões, e das experiências coletivas e contrastantes de alegria e de dor, exatamente como ocorre em um jogo de futebol (TAYLOR, 2004).

Corroborando a afirmação de Taylor, o futebol constitui-se em uma arena propícia ao surgimento e à disseminação de ícones sagrados, como a bandeira, o hino e principalmente o time nacional. Esses ícones assumem a forma de símbolos, e os rituais e as práticas coletivas decorrentes conferem uma realidade palpável à comunidade. Entre os rituais e as práticas comuns citadas como exemplo estão as competições periódicas e os jogos nacionais. No Japão, os jogos do time nacional tornaram-se importantes rituais para a disseminação de ícones sagrados. Apesar do governo japonês adotar a bandeira *hinomaru* e o hino *kimigayo* como símbolos nacionais apenas em agosto de 1999, os torcedores japoneses já eram vistos nos estádios cantando o hino e balançando enormes bandeiras (HOBSBAWM, 1990; HORNE; MANZENREITER, 2002).

Um dos exemplos mais peculiares da importância da equipe nacional como um ícone sagrado formador de tradições é a seleção inglesa. Desde as origens do futebol, as nações inglesa, galesa, escocesa e norte-irlandesa são representadas individualmente, o que não ocorre nos Jogos Olímpicos (Grã-Bretanha) e na ONU (Reino Unido) (VIANA, 2008). Com efeito, são muito poucas as instituições que ainda mantêm uma nacionalidade inglesa distinta,

⁹ De acordo com a classificação proposta por Breuilly (2008), trata-se da construção de um nacionalismo como sentimento das massas.

e a seleção de futebol é uma delas. Goldblatt (2006) observa que por ocasião da Copa do Mundo de 1966, realizada na Inglaterra, quase nenhuma bandeira de São Jorge (bandeira da Inglaterra) era vista nas arquibancadas, ao passo que a bandeira do Reino Unido era amplamente utilizada. Essa tendência manteve-se até a Copa do Mundo de 1990, na Itália. Porém, a partir da Eurocopa de 1996 realizada na Inglaterra¹⁰ e do processo gradual de concessão de autonomia às outras nações do Reino Unido implementado pelo Partido Trabalhista, os jogos da seleção nacional tornaram-se a primeira expressão pública do renascimento do nacionalismo inglês, sendo decorados por centenas de bandeiras de São Jorge (GOLDBLATT, 2006; HOBSBAWM, 2007; ROBINSON, 2008).

2.1.1. Materialização da comunidade imaginária

Hobsbawm (1990, p.171) considera que “a comunidade imaginária de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome”. Para muitos países africanos e alguns asiáticos, por exemplo, a existência da seleção nacional de futebol estabeleceu uma identidade nacional independente das identidades locais, tribais ou religiosas (HOBSBAWM, 2007)¹¹. Em 2007, a conquista da Copa da Ásia pelo Iraque levou centenas de milhares de pessoas a comemorar a vitória nacional por todo o território do país¹². A presença de curdos, xiitas, sunitas e turcomanos na equipe representava bem uma sociedade assolada por clivagens culturais e étnicas. Da mesma forma, a vitória espanhola na Eurocopa de 2008 pode ter contribuído para tornar mais palpável a comunidade imaginária da Espanha¹³.

Outro exemplo bastante similar é o do França. A equipe campeã do mundo de 1998 representava fielmente o país multi-étnico que a França se tornara. Além de Zidane (com ascendência argelina), havia Lizarazu (basco), Pires (português), Djorkaeff (armênio), Vieira (senegalês), Desailly (ganês), Karembeu (polinésio), Trezeguet (argentino) e Lama

¹⁰ Como será visto na próxima seção, a exaltação nacionalista decorrente da organização de um grande evento esportivo é explicada pela melhora da auto-estima coletiva.

¹¹ Ver documentário sobre o papel da seleção nacional da Ruanda na construção da comunidade imaginária dessa nação africana, ao aproximar as etnias envolvidas no genocídio de 1994. REDE GLOBO. **Do horror à esperança: o futebol transforma Ruanda**. 2009. Disponível em (parte 1): <http://www.youtube.com/watch?v=pgtNfzILIS4&feature=Playlist&p=8C1467EBB59758BC&playnext=1&playnext_from=PL&index=100> Acesso em: 16 de novembro de 2009.

¹² WANG, Chris. Iraq in historic Asian Cup win. Doha: **Al Jazeera**, 29 de julho de 2007. Disponível em <<http://english.aljazeera.net/focus/2007/07/2008525184927362150.html>>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

¹³ Segundo as palavras do Primeiro-Ministro Jose Luis Rodriguez Zapatero em um artigo às vésperas da final: "Nós todos nos identificamos com aquela camisa vermelha... com a bola nos pés deles, nós temos visto um entendimento entre andaluzes, bascos, catalães e valencianos." Ver KINGSTONE, Steve. Moment of unity as Spain win Euro 2008. London: **BBC News**, 30 de junho de 2008. Disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/7481556.stm>>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

(guianense). Essa condição obviamente não agradava à extrema-direita francesa. Jean-Marie Le Pen, por exemplo, criticava essa miscigenação e duvidava que eles pudessem jogar unidos como uma nação. O feito histórico viria a demonstrar que uma nação multi-racial e socialmente tolerante poderia ser bem-sucedida (FRANCO JÚNIOR, 2007; GOLDBLATT, 2006).

Na Coreia do Sul existe uma intensa discussão acerca do que vem a ser a nação. Boa parte da opinião pública vê as partes norte e sul como tendo um passado comum, uma linguagem e uma cultura monolítica. O governo sul-coreano chegou até mesmo a oferecer à Coreia do Norte a possibilidade de sediar alguns dos jogos da Copa de 2002, proposta que acabaria sendo recusada (HORNE; MANZENREITER, 2002; TAYLOR, 2004).

Apesar disso, e em que pese a forte censura imposta pelo Estado norte-coreano, notícias da Copa do Mundo chegavam ao país por meio de transmissões ilegais e também pela própria televisão estatal – a qual tentou bloquear os anúncios do estádio para que não ficasse óbvio que as partidas estavam sendo realizadas na Coreia do Sul. Após a qualificação da Coreia do Sul às quartas-de-final, militares norte-coreanos posicionados na fronteira felicitaram os seus colegas sul-coreanos. O presidente da Federação Norte-Coreana de Futebol, por sua vez, cumprimentou o seu homólogo sul-coreano pela performance da sua equipe, caracterizando-a como uma vitória comum que serviu a todo o povo coreano. Em setembro do mesmo ano, as duas seleções coreanas enfrentar-se-iam novamente depois de dez anos de interrupção das relações culturais. Nessa ocasião, ambos os países dispensaram a exibição de símbolos nacionais particulares, adotando a bandeira neutra da Península coreana e uma canção folclórica intitulada *Arirang* como hino comum (BONIFACE, 2006; VASCONCELLOS, 2008).

Para os Estados constituídos, o futebol permite uma reafirmação regular da identidade antes e durante as competições internacionais. Trata-se de um processo de formalização e de ritualização das tradições que estabelece a continuidade com um passado histórico. Os resultados dessas competições permanecem na memória coletiva assim como outros grandes episódios da história nacional, sejam eles marcados pela alegria da vitória ou pela tristeza da derrota. Após o histórico terceiro lugar alcançado pela jovem nação croata na Copa de 1998, o presidente Franjo Tudjman declarou que “as vitórias futebolísticas formam a identidade das nações da mesma forma que as guerras”. No Brasil, tanto as vitórias como as derrotas nas Copas do Mundo permanecem na memória coletiva, reforçando a comunidade imaginária. O futebol permite mobilizar e demonstrar um pertencimento a uma identidade coletiva. Ao reunirem-se para apoiar uma equipe, os torcedores experimentam um sentimento comum de

pertencimento, uma afirmação do grupo. Ele permite igualmente a expressão dos antagonismos locais, sociais ou religiosos, de se afirmar face ao outro (BONIFACE, 2006).

Como expressão de antagonismos nacionais, o futebol constitui-se frequentemente em uma importante arena para a manifestação de ressentimentos históricos. No dia 7 de agosto de 2004, China e Japão decidiram a Copa da Ásia em Pequim. Na arquibancada, alguns torcedores chineses vestiam o uniforme dos militares japoneses que invadiram o país na década de 30, enquanto outros mostravam faixas que continham o número 300 mil, uma referência ao número de chineses assassinados pelo exército japonês no Massacre de Nanking de 1937. A vitória japonesa por 3 a 1 deixou o ambiente ainda mais tenso, resultando em prisões do lado de fora do estádio, bandeiras japonesas queimadas e forte esquema de segurança para proteger a embaixada do Japão (BONIFACE, 2006; GOLDBLATT, 2006).

Da mesma forma, Japão e Coreia do Sul foram obrigados a cooperar após a decisão da FIFA de deixar a Copa do Mundo de 2002 a cargo dos dois países. Depois de um período de conturbadas disputas envolvendo a escolha da sede – que opôs não apenas os comitês dos dois países como também as divisões internas da FIFA –, a escolha significou que ambos os países deveriam cooperar em áreas como o controle de vistos, a segurança, as telecomunicações e a logística. Não obstante, as disputas em torno do nome do evento – Korea-Japan ou Japan-Korea –, a pressão da Coreia do Sul para que o Japão reconhecesse e pedisse desculpas pelas atrocidades cometidas durante a ocupação da Península entre 1910 e 1945, a recusa do Imperador japonês em estar presente na abertura da Copa em Seul e uma competição envolvendo a construção dos estádios demonstraram as dificuldades de uma cooperação bilateral profunda (BUTLER, 2002; GOLDBLATT, 2006). As rivalidades nacionais presentes no leste asiático continuam sendo um grande empecilho para os processos de integração regional.

Um dos episódios mais violentos de vinculação do futebol com o nacionalismo teve lugar na desintegração da Iugoslávia no começo da década de 1990. Em 13 de maio de 1990, o Dínamo de Zagreb recebeu o Estrela Vermelha de Belgrado no estádio Maksimir. A violência entre torcedores sérvios e croatas resultou em mais de 60 pessoas gravemente feridas e sinalizou a virtual falência da autoridade do Estado iugoslavo. A dissolução do comunismo e das instituições políticas que asseguravam a estabilidade social contribuiu para o renascimento dos nacionalismos e dos ressentimentos históricos. Essa inimizade, por sua vez, era visível especialmente nos estádios de futebol. O referido jogo foi a primeira vez em 15 anos que a Iugoslávia viu seus grupos étnicos enfrentarem-se abertamente. Nos jogos

anteriores entre equipes sérvias e croatas, os torcedores apenas cantavam os respectivos massacres (BONIFACE, 2006; FOER, 2005).

Os clubes iugoslavos constituíam-se em verdadeiros veículos de aspiração nacional na região. Dois meses antes da referida partida, os croatas haviam eleito um ultranacionalista chamado Franjo Tudjman, ex-presidente do Partizan de Belgrado. Ao adotar ícones *Ustache* – símbolos dos fascistas croatas que colaboraram com os nazistas no assassinato de milhares de sérvios –, Tudjman acordou as paixões nacionais do seu povo, há longo tempo adormecidas. Em um dos seus primeiros atos, Tudjman “rebaixou” os sérvios na constituição croata. Além disso, estimulou as facções mais violentas de torcedores do Dínamo de Zagreb e reforçou o papel do clube como um veículo para a independência croata (FOER, 2005; GOLDBLATT, 2006)¹⁴.

Pelo lado do Estrela Vermelha de Belgrado, os torcedores radicais haviam se tornado politizados, criando faixas com os rostos de santos ortodoxos (em contraposição ao catolicismo croata)¹⁵ e do romancista Vuk Draskovic, chefe do Partido da Renovação Sérvia. Considerado um dos símbolos do nacionalismo sérvio, o clube revelava-se uma confusa e violenta mistura de gangues. Coube a Arkan - um dos mais respeitados e violentos membros da torcida -, a pedido do Presidente Milosevic e do Ministro do Interior, a tarefa de disciplinar e de mobilizar as diversas gangues nacionalistas do clube. Sob o comando de Arkan, os torcedores radicais do Estrela Vermelha foram convertidos em uma força paramilitar que foi usada em todos os lugares da guerra contra a Bósnia e a Croácia (FOER, 2005; GOLDBLATT, 2006).

Argentina e Inglaterra, por sua vez, têm uma longa história de rivalidade que se reflete claramente nos embates futebolísticos em Copas do Mundo. O principal motivo da inimizade foi originado pela Guerra das Malvinas em 1982. A derrota militar causou grande desconforto entre os argentinos, e a quarta-de-final da Copa do Mundo de 1986 surgiu como uma grande oportunidade para a revanche. Com dois de Maradona – um deles considerado por muitos o mais bonito da história das Copas – a Argentina logrou eliminar os ingleses. O segundo gol, marcado com a mão, foi caracterizado pelo próprio jogador como tendo sido feito com a “mão de Deus” (BONIFACE, 2006).

Em 1998, as duas seleções novamente se enfrentaram na Copa do Mundo da França, dessa vez pelas oitavas-de-final. Após um jogo bastante tenso decidido nos pênaltis, a

¹⁴ Dentro do estádio Maksimir, do Dínamo de Zagreb, um memorial carrega a seguinte inscrição: “Para os torcedores deste clube, que começaram a guerra contra a Sérvia neste campo no dia 13 de maio de 1990”.

¹⁵ Outra diferença entre os croatas e os sérvios é a adoção do alfabeto, latino pelos primeiros e cirílico pelos segundos (VIZENTINI, 2005).

Argentina novamente classificou-se. David Beckham, expulso durante a partida, relatou a humilhação sofrida no pós-jogo, quando os argentinos dançaram no ônibus expondo as camisas inglesas como se fossem troféus de guerra (BONIFACE, 2006). Quando o navio argentino Belgrano foi afundado na Guerra das Malvinas, o tablóide inglês The Sun estampou como manchete a expressão “*GOTCHA*”. À eliminação de 1998 seguiu-se a manchete “*OUTCHA*”, assim como a queda da Argentina na fase seguinte contra a Holanda implicou a reutilização do “*GOTCHA*”. Em 2002, a vitória da Inglaterra na fase de grupos teve efeitos semelhantes sobre as imprensas dos dois países. Houve registros de fotos de Maradona sendo queimadas na Inglaterra (LEVERMORE, 2004).

Portanto, os diversos exemplos deixam nítida a recorrência do componente nacionalista na maioria dos episódios que envolvem a prática do futebol. Isso é resultado, além das características materiais do jogo – como a imprevisibilidade, a democraticidade e a simplicidade –, as quais facilitaram a sua rápida adoção ao redor do mundo, também do significado que é atribuído ao jogo pela sociedade. Tal entendimento pode variar de acordo com a sociedade, uma vez elas possuem configurações históricas e sociais muito distintas, mas em geral a percepção do futebol como uma arena para o fortalecimento dos vínculos identitários e para a exaltação nacional permanece sendo a mais comum internacionalmente.

2.2. O futebol como construção social

Os impactos mútuos entre o esporte e a sociedade têm sido bastante analisados academicamente, especialmente por disciplinas como a sociologia e a antropologia. No que tange às Relações Internacionais, entretanto, muito pouco foi produzido. Levermore e Budd (2004) criticam a teoria realista por não considerar as práticas sociais internas e os processos subnacionais nas suas explicações, como se não houvesse conseqüências para a política externa dos países. Ademais, as teorias tradicionais estariam predominantemente focadas no Estado e nas *high politics*, tendendo a excluir das análises outras características do sistema internacional (BEACOM, 2000).

Assim, ao considerar que as características do sistema internacional são construídas por meio da interação social, o construtivismo visa a trazer novas alternativas para a análise das Relações Internacionais. Isso não significa dizer que o Estado não seria importante, pois ele continua tendo um papel central nas Relações Internacionais. Não obstante, outros atores também devem ser considerados, reservando também um enfoque maior para a estrutura de idéias, de valores e de normas que decorrem das interações sociais.

2.2.1. O significado do futebol

Nesse contexto, as práticas esportivas constituem-se em um importante campo de observação das Relações Internacionais. Como afirmam Levermore e Budd (2004, p.9), “o esporte proporciona um excelente ponto de acesso, uma vez que ele é uma importante parte do sistema e, como tal, é transformado por ele ao mesmo tempo em que o influencia”. Além do mais, o esporte é um dos poucos acessos diretos da participação da massa nas Relações Internacionais (HILL, 2004). Já para Taylor (2004), é no campo da formação de identidade que alguns esportes, e principalmente o futebol, obtém um maior significado para o estudo das Relações Internacionais. Destarte, a sua centralidade cultural na maioria das sociedades significa que o futebol carrega um forte significado político e simbólico, contribuindo fundamentalmente para as ações sociais e para as identidades culturais de muitas pessoas. A sua difusão ao redor do mundo permitiu que diferentes culturas e nações construíssem formas particulares de identidade por meio da sua interpretação e prática do jogo (GIULIANOTTI, 1999).

O valor atribuído ao futebol pelos mais variados governos e populações dificilmente poderia ser compreendido por meio dos benefícios materiais reservados ao Estado. Pelo contrário, pesquisas apontam que o aumento da riqueza dos Estados que sediam ou que vencem grandes competições internacionais, quando ocorre, é insuficiente para compreender a movimentação realizada em torno desses objetivos. O banco de investimentos HSBC, por exemplo, calculou que o mercado de ações em dez países que sediaram a Copa do Mundo valorizou em média 8,8% a mais do que os do resto do mundo nos seis meses que antecederam o evento, mas caiu em torno de 6,4% nos seis meses seguintes, sugerindo que o impacto é apenas de curto prazo (LEE, 2004). Em consonância com o que defende a teoria construtivista, a estrutura social também proporciona direções e objetivos aos Estados, e é nesse sentido que os governos e as populações atribuem relevância à realização de grandes eventos esportivos e à conquista deles por seus representantes nacionais.

Em 2000, por exemplo, a eleição que decidiu a sede da Copa de 2006 foi bastante acirrada. Joseph Blatter, candidato de João Havelange para sucedê-lo na presidência da FIFA, prometeu aos africanos a Copa de 2006 caso ele se elegesse. Uma vez eleito, em 1998, o suíço defendeu abertamente a campanha da África do Sul. Na votação ocorrida em 7 de julho de 2000, o Comitê Executivo da FIFA deu a vitória à Alemanha por apenas um voto, e o membro neozelandês do Comitê Charles Dempsey seria considerado o responsável pela derrota africana. Dempsey viajou de volta para a Oceania quando a candidata em quem

votaria, a Inglaterra, foi eliminada do processo de seleção. Segundo as suas próprias palavras, ele estava confiante que a FIFA daria a Copa de 2006 para a África do Sul. Caso ele tivesse votado no país africano, o desempate ficaria a cargo de Blatter. Com o resultado, o neozelandês seria massacrado pela imprensa internacional (SUGDEN; TOMLINSON, 2002).

Conforme Sugden e Tomlinson (2002), todavia, outros detalhes deveriam ser analisados. Faltando poucos dias para a eleição, uma série de fatos envolvendo governo e empresas alemãs apontam para uma outra explicação para a derrota africana. O Conselho de Segurança Federal da Alemanha, por exemplo, deu permissão para a entrega de 1200 bazucas para a Arábia Saudita. Os alemães também fechariam acordos para ajudar a Hyundai, empresa do membro do Comitê Executivo Chung Mon-Joon. A Bayer, patrocinadora da Federação alemã, comprou a também sul-coreana Sewon. A BASF, gigante do setor químico, anunciou investimentos de 800 milhões de marcos também na Coreia do Sul. Na Tailândia, terra do membro Worawi Makudi, a Bayer também anunciaria altos investimentos. Os votos dos membros da Arábia Saudita, da Coreia do Sul, da Tailândia e mais o do Catar somar-se-iam aos oito da Europa para dar a vitória à Alemanha.

Desse modo, o interesse pelo futebol parece estar mais apoiado em valores e idéias, especialmente aqueles relacionados com a identificação coletiva, que constituem um código amplamente legitimado ao redor do mundo. Nesse sentido, os meios de comunicação tornaram-se um dos principais responsáveis pela disseminação dos valores de identidade social do futebol entre as populações mundiais. Para Fiengo (2005), a conversão do futebol em tradição nacional não seria possível sem a existência de um tecido discursivo, difundido pelos meios de comunicação invariavelmente através de narrações nacionalistas épicas. Essas narrações, por sua vez, contribuem para solidificar a idéia de que o mundo é dividido por nações e, portanto, de que o sistema interestatal é natural (LEVERMORE, 2004).

Assim, é devido a sua habilidade de construir e de propagar concepções particulares de nacionalismo que o futebol possui grande significado político e ideológico nas sociedades. Forma-se então uma estrutura de conhecimento compartilhado que legitima o futebol como uma forma de enfrentamento regulado entre as nações e que contribui para realçar a visão de um sistema internacional formado por Estados competidores, pois os torneios internacionais recriam as fronteiras e as diversidades nacionais ao colocá-las em confronto (GUEDES, 2006; LEVERMORE, 2004; NELSON, 2007).

O enfrentamento, contudo, não é necessariamente violento. O fato de ser, sobretudo, uma atividade lúdica e festiva – cuja violência é restringida por normas impessoais e cuja energia é canalizada não contra o corpo de um adversário, como em uma guerra, mas sim

contra um objeto, como uma bola –, permite que esse esporte seja usado como um código comum e compartilhado de aproximação e de comunicação entre os povos¹⁶. Trata-se de um confronto pacífico – em regra geral – e legítimo, cujo resultado proporciona prestígio aos vencedores e é majoritariamente aceito ao redor do mundo.

Nesse sentido, a organização internacional incumbida de zelar pelo futebol detém uma função importante no que se refere a disseminar valores, idéias e normas de cooperação entre as sociedades. A nova ordem internacional que emergiu com a derrocada da União Soviética é caracterizada, como visto anteriormente, por um aumento da conscientização em torno da existência de problemas globais. Esse processo é decorrente da intensificação das relações sociais transfronteiriças que alavancaram a importância de outros atores nas Relações Internacionais. Em contraste com o Estado-centrismo presente na maioria das teorias das Relações Internacionais, o construtivismo valoriza o papel de empreendedores de normas de atores como as organizações internacionais. Finnemore (1996), por exemplo, salienta o papel das organizações como institucionalizadoras e propagadoras de normas culturais – normas que definem identidades, interesses e realidades sociais para os atores. Assim, a FIFA, embora tenha consciência da necessidade de preservar os valores de identificação coletiva presentes no futebol, empreende também uma série de valores e de idéias condizentes com a agenda de problemas globais.

Em 1996, relatórios acerca da condição de trabalho no Paquistão denunciaram a existência de trabalho infantil na produção de bolas. O Paquistão, em que pese estar marginalizado do mundo do futebol, produz cerca de três quartos do total de bolas do planeta. Em 2000, a rede britânica BBC também localizou trabalho infantil no Camboja. As crianças produziam mercadorias para a Nike, empresa que já esteve envolvida no episódio de 1996. Os freqüentes acontecimentos vêm forçando a Organização a formular políticas de combate ao trabalho infantil, obrigando os seus parceiros comerciais a observarem as mínimas condições de trabalho. Em 2002, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) acertou uma parceria com a FIFA e com a Confederação Africana de Futebol (CAF) para promover a campanha “Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil”. Durante a Copa Africana das Nações daquele ano, a campanha utilizou patrocinadores, promoções e a mídia para disseminar as suas idéias e os seus valores. Além do combate ao trabalho infantil, a FIFA também realizou iniciativas com a CAF no sentido de erradicar a poliomielite do continente negro (*kick polio out of*

¹⁶ O melhor exemplo pode ter sido o histórico Jogo da Paz, válido pela fase de grupos da copa de 1998. Nessa ocasião, Estados Unidos e Irã enfrentaram-se em uma partida que causou muita precaução e temor entre organizadores e a mídia internacional. O resultado, contudo, foi uma rara demonstração de respeito e de espírito esportivo viabilizada pelos respectivos governos e times nacionais (VIANA, 2008).

Africa) (EISENBERG, 2006; GIULIANOTTI, 1999; GOLDBLATT, 2006; LEE, 2004; VASCONCELLOS, 2008).

Além disso, a FIFA, individualmente ou em conjunto com organizações como a Cruz Vermelha, a Anestesia Internacional e a ONU, mantém programas de cooperação com vários países em desenvolvimento. Esses programas envolvem a designação de especialistas técnico-desportivos para cursos de formação e de treinamento, doação de materiais, financiamentos de instalações esportivas, construção de centros médicos e educacionais e ajuda humanitária. São exemplos o financiamento ao programa *SOS children's villages* e o Projeto *GOAL*. (VASCONCELLOS, 2008). Nos países assolados por guerras, como na África e nos Bálcãs, têm sido organizados jogos de futebol para ajudar na ressocialização de pessoas traumatizadas e na reconciliação de comunidades fragmentadas (GIULIANOTTI; ROBERTSON, 2006). Ademais, outros valores de caráter universal também são defendidos e difundidos pela FIFA, tais como os de combate às drogas, à violência (*fair play*) e ao racismo (*say no to racism*). Esses discursos e argumentações têm o intuito de reforçar o significado solidário e cooperativo do futebol, facilitando a sua adoção em sociedades cujo nacionalismo, ou a relação deste com o futebol, não esteja solidificado.

Não obstante, o significado socialmente atribuído ao futebol como uma arena de distinção nacional é o entendimento mais compartilhado pelos povos. Por meio desse esporte, procura-se construir a diferença no interior de um código que todos dominam e em uma prática a que a maioria atribui valor. Ademais, a própria participação em grandes eventos futebolísticos é vista como uma forma de alcançar reconhecimento da comunidade internacional no que tange à existência de um Estado (EISENBERG, 2005; LEVERMORE, 2004). No futebol, esse reconhecimento efetiva-se principalmente por meio da associação à FIFA.

A tentativa de fazer parte da FIFA é uma estratégia largamente utilizada por nações sem Estado. Dessa forma, as nações aspirantes ao reconhecimento internacional tornam-se aptas a enfrentar Estados consolidados em competições ritualizadas. Essas competições estabelecem um vínculo com o passado por meio da repetição, ao mesmo tempo em que a narração dos acontecimentos e a sua divulgação global – cuja capacidade acentuou-se nos últimos anos – contribuem para construir uma “imagem estatal” da nação na comunidade internacional.

Dessa forma, não surpreende que a FIFA congregue um número maior de membros do que a ONU – 208 a 192 –, em que pese a sua atual política de aceitar apenas países

independentes já reconhecidos internacionalmente¹⁷. A demanda das nações pela associação à FIFA acarretou a criação da Nouvelle Fédération Board (NF-Board), em 2003, formada pelas seleções nacionais cuja afiliação fora rejeitada. Entre as associadas, destacam-se a Chechênia, o Chipre do Norte, a Somaliland, a Groenlândia, o Curdistão, o Tibete e a Occitânia.

O Kosovo, apesar de não estar filiado nem mesmo à NF-Board, é um excelente exemplo da importância do time nacional como um ícone sagrado para a invenção de tradições e da busca por reconhecimento pelas novas nações. O primeiro jogo internacional da nação ocorreu em 1993, muito tempo antes da declaração de independência. Em 2005, em um campeonato organizado pelo Chipre do Norte para comemorar os 50 anos da fundação da sua Federação, o Kosovo foi convidado e a sua participação teve grande repercussão na capital Pristina. A independência kosovar seria declarada apenas em fevereiro de 2008, mas já em maio daquele ano o Kosovo entraria com um pedido na FIFA para associar-se. Entretanto, a exigência de reconhecimento via ONU impõe obstáculos à estratégia de reconhecimento via futebol também almejada por Kosovo. Apenas 63 países reconheceram formalmente a independência kosovar até hoje, e o reconhecimento da ONU esbarra no veto da Rússia, uma vez que esta enfrenta constantes ameaças dos nacionalismos políticos de subversão do Estado.

Não obstante, em que pese essa exigência e o princípio da FIFA de não misturar política e futebol¹⁸, a Organização aceitou a filiação da Palestina em 1998. Naquele momento, as negociações entre israelenses e palestinos estavam progredindo, e uma seleção nacional reconhecida colaboraria para a criação do Estado Palestino¹⁹. Apesar deste último fato não ter se consumado, a seleção nacional palestina passou cerca de dez anos atuando no exterior – pois estava impedida de atuar em território palestino – celebrando ícones sagrados como a bandeira e o hino nacional. Como a seleção é formada por jogadores que vivem tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia²⁰, a Federação palestina depende da boa vontade de Israel – que certamente não vê com bons olhos essas manifestações nacionalistas – para a concessão dos

¹⁷ De acordo com Eisenberg (2005), está consolidada atualmente a percepção de que o país que deseja filiar-se à FIFA deve ser primeiramente reconhecido pela ONU.

¹⁸ Esse seria, para Eisenberg (2005), o terceiro princípio da FIFA, ao lado de “um país, uma associação” e de “um país, um voto”.

¹⁹ Em uma entrevista concedida em outubro de 1998, João Havelange afirmou que o então vice-presidente dos EUA Al Gore, durante a Copa de 1998, havia lhe pedido ajuda para solucionar o problema envolvendo Israel e Palestina (BONIFACE, 2006). A intenção, claramente, era utilizar o código futebolístico para aprimorar a comunicação e a cooperação entre os dois povos. No Oriente Médio, entretanto, o significado predominantemente atribuído ao futebol também parece ser o do enfrentamento nacional. Em 1992, em virtude da rivalidade regional, a Federação israelense foi aceita na UEFA (Union of European Football Associations).

²⁰ Há também jogadores oriundos da diáspora, especialmente da Jordânia, da Síria, do Líbano e do Chile. No Chile, o Club Deportivo Palestino é um clube de futebol da primeira divisão fundado por imigrantes palestinos.

vistos liberando os jogadores para atuar pela equipe nacional (BONIFACE, 2006; GOLDBLATT, 2006).

Em 2007, por exemplo, jogadores da Palestina que viviam na Faixa de Gaza tiveram os seus vistos negados para defender a sua seleção em um jogo contra a Singapura pelas Eliminatórias da Copa de 2010. Apesar dos protestos da Federação palestina, o jogo não foi remarcado pela FIFA e a seleção nacional foi eliminada sem jogar. Em que pese as dificuldades, em 28 de outubro de 2008 a seleção palestina realizou o seu primeiro amistoso internacional em casa. Por volta de 8 mil pessoas, além do Presidente da FIFA Joseph Blatter, lotaram um estádio com capacidade para 6500 pessoas para assistir ao empate entre Palestina e Jordânia na cidade de al-Ram, ao norte de Jerusalém²¹.

O significado do futebol como formador de identidades também pôde ser comprovado por meio da politização alcançada em um episódio envolvendo a seleção nacional do Tibete. Em 28 de julho de 2001, o Tibete enfrentou a seleção da Groenlândia em Copenhague. O jogo foi realizado no estádio municipal Vanløse, que não pertencia a nenhum clube membro da FIFA. Privada de impor sanções por meio desta última, a China ameaçou de suspender as importações de peixes da Groenlândia – cerca de 30,5 milhões de euros por ano (BONIFACE, 2006). Por seu lado, a FIFA pressionava a Groenlândia afirmando que caso o jogo ocorresse as suas chances de se tornar um futuro membro poderiam ser afetadas. As cerca de 5 mil pessoas que acompanharam a partida observaram um momento único de afirmação cultural dessas nações (RADMER, 2002).

2.2.2. Auto-estima coletiva

Ao analisar os interesses nacionais, ou seja, aqueles que seriam naturais de qualquer Estado e que independeriam das interações sociais, o construtivista Alexander Wendt (1999) considera a existência de quatro desses interesses. O quarto, a auto-estima coletiva, refere-se à necessidade de o grupo sentir-se bem sobre si mesmo. Esse sentimento irá depender de como ele se enxerga e de qual é a percepção que ele tem sobre como é visto pelos outros. O próprio autor ressalta, todavia, que essas compreensões são inevitavelmente dependentes da interação social, uma vez que é ela que constrói a imagem do grupo.

No que tange a esse interesse, os esportes - e particularmente o futebol - têm um papel fundamental, pois a habilidade dos atores de sediar grandes competições e de produzir

²¹ Ver THE TIMES. **Palestine is united by national football team's first home match**. 28 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/middle_east/article5026456.ece>. Acesso em: 14 de novembro de 2009.

campeões em nível mundial contribui para projetar a imagem do país no exterior (HILL, 2004). Durante a Copa do Mundo de 2006, por exemplo, a intensidade das manifestações nacionalistas alemãs – comparável apenas às decorrentes da queda do muro de Berlim no pós-Guerra – sinalizou uma evolução na sua auto-estima coletiva. Em um país cujos movimentos nacionalistas não são bem vistos devido ao passado recente, a percepção de que a realização da Copa do Mundo fora um sucesso, aliada ao progresso da seleção nacional, resultou em momentos de euforia coletiva rara na Alemanha do pós-Guerra.

Situação semelhante ocorreu em 2004, quando Portugal sediou o campeonato europeu. A longa ditadura de Salazar havia deixado o nacionalismo português adormecido, mas os benefícios trazidos pela entrada na União Européia refletiram-se na organização da Eurocopa. Dez estádios modernos foram construídos e, tal qual ocorreria com a Alemanha em 2006, o progresso da seleção portuguesa – que seria vice-campeã – ocasionava celebrações nacionalistas cada vez maiores nos centros das grandes cidades. Em 2006, foi a conquista da Copa do Mundo pela Itália que transformou uma auto-estima debilitada pela instabilidade política e pela corrupção no futebol. Estima-se que 35 milhões de italianos (de uma população de 58 milhões) tenham assistido à final pela televisão, enquanto que um milhão foi receber nas ruas os campeões. A declaração do presidente italiano Giorgio Napolitano aos jogadores foi sintomática: “A Itália recomeça com vocês” (FRANCO JÚNIOR, 2007; GOLDBLATT, 2006).

Da mesma forma, a conquista da Copa do Mundo de 1998 reuniu uma multidão comparável à da libertação nacional de 1944 – de um a dois milhões de pessoas – na Champs-Élysées e ao redor do Arco do Triunfo. Construído para celebrar as vitórias militares francesas, essa tradição inventada era agora usada para comemorar uma moderna conquista esportiva. Os festejos pela Queda da Bastilha, dois dias depois (14 de julho), reuniram apenas 150 mil pessoas, ainda assim o dobro do ano anterior. Uma comemoração de magnitude semelhante ocorreu na recém independente Croácia em virtude do terceiro lugar alcançado na França. Segundo o Presidente Franjo Tudjman, os jogadores deram uma grande contribuição para a crescente reputação da Croácia no mundo (FRANCO JÚNIOR, 2007; LEVERMORE, 2004).

Há poucos meses da Copa de 2002, argentinos humilhados invadiam as ruas vestindo a camisa da seleção nacional para protestar contra a crise que assolava o país. Nesse contexto, a conquista da Copa do Mundo era vista como fundamental para reparar o orgulho nacional (ALABARCES, 2006; KUPER, 2002). Na Turquia, dezenas de milhares de pessoas foram receber o time nacional, o qual atingira o terceiro lugar na Copa do Mundo da Coréia e do

Japão. Mais de 90% da audiência televisiva turca assistiram à partida contra o Brasil pela semifinal, e o Primeiro-Ministro Bülent Ecevit declarou feriado nacional no dia do retorno da equipe (GOLDBLATT, 2006).

Na Colômbia, a guerra civil no início do século XXI alcançava grande complexidade. O conflito opunha o Exército colombiano, apoiado pelos EUA, os traficantes de drogas, as guerrilhas de esquerda das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) e as forças paramilitares de direita. Nesse contexto, a Colômbia esteve encarregada de sediar a Copa América de 2001. Duas semanas antes do certame, Hernán Campuzano, vice-presidente da Federação Colombiana de Futebol, foi seqüestrado pelas FARC. Diante do acontecimento, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) anunciou que o evento seria cancelado (GOLDBLATT, 2006).

Cientes de que o cancelamento da competição acarretaria um forte descontentamento na população, autoridades civis e representantes da Igreja colombiana negociaram uma trégua com os grupos terroristas para que fosse possível manter a competição e garantir a segurança dos países participantes. Campuzano foi libertado e o Presidente Andrés Pastrana apareceu na televisão para declarar que a realização da Copa era um interesse nacional vital. As próprias milícias das FARC e do ELN reconheceram as implicações políticas e os impactos na opinião pública derivados do evento futebolístico. Frente ao acordo, a CONMEBOL confirmaria a realização da Copa América na Colômbia. Em que pese a recusa de argentinos e canadenses em participar do certame, este obteve grande sucesso, sendo disputado sob uma excelente atmosfera criada pelos colombianos, que compareceram em grande número até mesmo em jogos em que a seleção colombiana não estava presente. Em um país assolado por clivagens políticas e sociais, a realização da Copa América e a sua posterior conquista pela seleção nacional proporcionaram um raro momento de orgulho coletivo para a nação colombiana (GOLDBLATT, 2006; VASCONCELLOS, 2008).

Para a Coréia do Sul, a Copa do Mundo de 2002 foi a possibilidade de mostrar uma nova face do país para o mundo. As Olimpíadas de 1988 haviam sido realizadas sob o regime ditatorial, e o certame futebolístico de 2002 poderia divulgar uma sociedade mais aberta e plural (houve até mesmo campanhas que incentivavam a população a sorrir mais). De forma semelhante com o que ocorreria na Alemanha quatro anos mais tarde, a euforia coletiva que tomava conta dos coreanos crescia acentuadamente com o desenrolar da competição. Na semifinal contra a Alemanha, em torno de 7 milhões de pessoas reuniram-se em frente aos grandes telões implementados pelo governo para apoiar a seleção nacional (GOLDBLATT, 2006).

No dia 29 de novembro de 1997, o Irã arrancou um empate por 2 a 2 em Melbourne contra a Austrália, levando às ruas em torno de 3 milhões de pessoas em Teerã e de 5 a 6 milhões em todo o país para comemorar. O resultado levou o Irã à Copa do Mundo pela primeira vez sob o governo dos aiatolás. Receoso quanto a uma falta de limite nas comemorações, o regime prorrogou a volta da equipe nacional e transmitiu mensagens por rádio pedindo para que os torcedores evitassem comemorações seculares que desagradassem a Alá. O principal alvo das mensagens eram as mulheres, já que essas eram impedidas de assistir a jogos de futebol nos estádios. Quando o time retornou, televisão, rádio e jornais imploraram para que as mulheres se mantivessem longe do estádio Azadi, onde a equipe seria recebida. Impedidas de entrar, em torno de 5 mil mulheres protestaram e forçaram a sua entrada no estádio. Para evitar um tumulto maior, a polícia acabou sendo obrigada a ceder²². A revolução do futebol, como o fato ficou conhecido, representou a maior manifestação de nacionalismo secular desde a instauração da República Islâmica e sinalizou para as fraturas sociais existentes na sociedade iraniana (FOER, 2005; GOLDBLATT, 2006)²³.

2.2.3. O caso norte-americano

A existência de uma estrutura de conhecimento compartilhado que legitima valores do futebol como o de enfrentamento nacional alcança até mesmo culturas não-ocidentais – apesar da resistência ao esporte por governos de países como o Irã, o Afeganistão da era Talibã e a China da Revolução Cultural –, embora não inclua a maior potência mundial. Em dezembro de 2001, cerca de três meses após os atentados de 11 de setembro, a Casa Branca tornou público um vídeo no qual Osama Bin Laden relatava a membros da Al-Qaeda um episódio ocorrido com um dos seus seguidores:

Ele me disse a um ano atrás: “Eu vi em um sonho, nós estávamos jogando futebol contra os americanos. Quando o nosso time surgiu no gramado, eles eram todos pilotos!” Ele disse: “Então eu imaginava se aquilo era um jogo de futebol ou um jogo de pilotos. Nossos jogadores eram pilotos.” Ele (Abu-Al-Hasan) não sabia sobre a operação até que ele ouviu pelo rádio. Ele disse que o jogo continuou e nós os derrotamos. Aquilo foi um bom presságio para nós (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2001, p.5).

²² No confronto decisivo pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2002 contra a Irlanda, em Teerã, novamente as iranianas foram impedidas de assistir à partida, sob o fundamento de que a linguagem vulgar utilizada pelos homens corromperia a sua natureza. As irlandesas, todavia, puderam acompanhar a sua seleção no estádio Azadi (FOOZONI, 2004).

²³ Essa não foi a única vez que o futebol foi usado para fins políticos no Irã. Em junho de 2009, quatro jogadores iranianos foram banidos da seleção nacional por usarem duas faixas verdes no pulso em um jogo das Eliminatórias para a Copa de 2010. O verde era a cor do candidato da oposição Houssein Mousavi derrotado por Ahmadinejad nas conturbadas eleições iranianas.

O referido episódio, conquanto pareça apenas uma conversa informal sem maiores conseqüências materiais, revela importantes aspectos relacionados ao significado social do futebol e à posição da maior potência mundial frente a essa cultura de massas global. Percebe-se que a origem futebolística como uma prática social e cultural ocidental não impediu que membros da Al Qaeda atribuíssem ao futebol um dos significados compartilhados por outros povos ao redor do mundo. O mesmo futebol que chegou a ser banido no Afeganistão durante o governo dos Talibãs – aliados de Osama Bin Laden – devido, entre outras coisas, ao vínculo ocidental, é alvo de admiração por parte do líder da Al Qaeda²⁴. Durante o período em que viveu em Londres, Bin Laden não apenas freqüentou jogos do Arsenal como também levou lembranças da loja do clube para os seus filhos (KUPER, 2002).

Ao mesmo tempo, pouco importava aos extremistas o fato de o próprio alvo do episódio, os Estados Unidos, não compartilhar dos mesmos significados atribuídos ao futebol. Associado a uma cultura européia e colonialista, o futebol encontra bastante oposição nos Estados Unidos. Nesse país, o conteúdo do diálogo certamente não tinha o mesmo significado. Para Bin Laden e seus seguidores, entretanto, o sonho relatado por um dos membros adquiria relevância pela legitimidade mundialmente atribuída ao futebol como uma arena de enfrentamento. Na seqüência do mesmo vídeo, um outro membro da Al Qaeda identificado como Sulayman, ao relatar a explosão de alegria de uma família egípcia assistindo aos atentados contra as torres gêmeas, comparou esse comportamento à felicidade de ver o seu time ganhar uma partida de futebol.

Para Foer (2005), a questão do futebol nos EUA insere-se em um contexto mais amplo que ele chama de guerra cultural. De um lado estariam as pessoas que compartilham valores culturais com os europeus, que adotam uma visão mais cosmopolita e mais secular. Do outro lado estão aqueles que acreditam no “excepcionalismo norte-americano”, a idéia de que a história e a forma singular de governo dos EUA proporcionam a essa nação um papel igualmente singular no contexto internacional, pairando acima de normas e de valores compartilhados pelos demais atores.

Parte desses últimos a maior parcela de ataques contra o futebol. Embora ele não seja uma verdadeira ameaça, é um símbolo de que os Estados Unidos podem estar abrindo mão de sua tradição para “se unir ao programa do resto do mundo” (FOER, 2005, p.212). A adesão da

²⁴ Como ressalta Kuper (2002), essa admiração não foi o suficiente para evitar com que Bin Laden participasse de um plano terrorista que visava a atingir os times norte-americano e inglês na Copa do Mundo de 1998. Na verdade, a idéia de atingir os representantes de ambos os países apenas confirma o *status* de esporte global atingido pelo futebol. Caso o alvo norte-americano escolhido fosse a seleção nacional de basquete, provavelmente a comoção seria maior nos EUA. No entanto, a Copa do Mundo de futebol atrai um interesse mundial mais relevante para a tendência da Al Qaeda de espetacularizar os seus atentados.

população norte-americana aos valores e às idéias que caracterizam a estrutura de conhecimento compartilhado do futebol certamente seria problemática (e continua sendo), dada a solidez da construção social do nacionalismo norte-americano e das suas tradições inventadas²⁵.

Pesquisas indicam, não obstante, que a adesão ao futebol vem crescendo de forma bastante razoável nos Estados Unidos. A última contagem feita pela FIFA, em 2006, colocava o país no segundo lugar em número de jogadores e no primeiro lugar quando se trata de jogadores jovens, tanto entre os homens quanto entre as mulheres (KUNZ, 2007). Mais do que isso, o beisebol, uma das poucas tradições norte-americanas profundamente arraigadas que podem ser consideradas como próprias, viu o número de praticantes cair 47% entre 1987 e 2000, segundo a Associação Norte-Americana de Fabricantes de Material Esportivo. Em 2002, já havia 1,3 milhão a mais de crianças jogando o futebol do que inscritas na Liga Juvenil de Beisebol (FOER, 2005).

No geral, entretanto, o significado desse esporte nos EUA continua diferindo bastante do resto do mundo²⁶. Goldblatt (2006), ao relatar os acontecimentos da final da Copa Ouro de 1998 – campeonato regional da América Central e do Norte –, traz um excelente exemplo da diferença do significado socialmente atribuído ao futebol nos EUA e no México, além de apontar para a complexidade da questão dos imigrantes para o nacionalismo cívico norte-americano. Naquela ocasião, um estádio quase que totalmente ocupado por mexicanos hostilizou fortemente o time norte-americano, cuja entrada em campo e execução do hino nacional foi acompanhada por vaias e por objetos atirados em sua direção. Toda posse de bola perdida pelos EUA era comemorada, assim como cada escanteio a favor dos norte-americanos era alvejado por detritos, copos, garrafas e o que mais estivesse disponível para ser arremessado. O jogo, paradoxalmente, estava sendo disputado em Los Angeles (GOLDBLATT, 2006).

O futebol nos Estados Unidos, ao contrário da maior parte do mundo, vem sendo praticado nas periferias urbanas relativamente isoladas, desprovido de um ambiente

²⁵ O caso norte-americano aproxima-se do conceito de nacionalismo cívico de Breuilly (2008). Hobsbawm (1984) destaca o papel da invenção das tradições da nação americana, que simultaneamente fomentava rituais dos lugares de origem dos imigrantes e incentivava a aceitação por estes de rituais que comemoravam a história dos EUA.

²⁶ O Jogo da Paz de 1998 entre EUA e Irã, por exemplo, provavelmente carregaria forte teor simbólico entre os norte-americanos, dada a atuação conflituosa do país no Oriente Médio (GOLDBLATT, 2006). Isso provavelmente ocorreria em um país cuja população compartilhasse dos valores futebolísticos de enfrentamento nacional, como ocorre com os iranianos – embora não com os seus líderes religiosos. Naquela ocasião, os governos de ambos os países procuraram fazer da partida um instrumento de aproximação e de confraternização entre os povos, o que não impediu que a população iraniana comemorasse intensamente a vitória sobre a grande potência.

competitivo (BONIFACE, 2006). Na maioria dos países, ele é o espaço da classe trabalhadora. Nos EUA, porém, com exceção dos imigrantes latinos, são os profissionais liberais que acompanham o esporte com mais avidez (FOER, 2005) Nos termos da seção anterior, portanto, não se trata realmente de uma tradição inventada de baixo para cima. Além disso, a falta de grandes conquistas por parte da seleção norte-americana também se torna um obstáculo para a popularização do futebol no país, pois torna improvável a sua associação à auto-estima coletiva. No resto do mundo, a imprevisibilidade desse esporte permite às menores nações sonhar com vitórias históricas sobre grandes países e com reconhecimento internacional²⁷.

Para Boniface (2006), todavia, a participação dos EUA no plano internacional do futebol só pode ser benéfica:

No futebol não deve haver o unilateralismo, não deve haver a vontade de impor aos outros a razão da sua superioridade e da universalidade de seus valores culturais e ideológicos. Assim como os outros países competidores, o povo norte-americano deve participar plenamente, sem querer impor-se de maneira agressiva (BONIFACE, 2006, p.45).

É significativo que, logo nos primeiros meses do mandato de Barack Obama - um descendente de quenianos que jogara futebol nas ruas de Jacarta na sua infância -, este tenha lançado uma campanha para levar a Copa de 2018 para os EUA. Após um governo do texano George W. Bush caracterizado pelo unilateralismo e por forte nacionalismo, o esforço por aproximar o país desse código legítimo e regulado de atuação das nações tem como pano de fundo uma virada da política externa em direção ao multilateralismo²⁸.

Para Foer (2005), a principal causa do progresso do futebol em território norte-americano é a globalização²⁹. De fato, a contratação do inglês David Beckham pelo Los Angeles Galaxy em janeiro de 2007 aponta para essa direção. Os dirigentes da Liga norte-

²⁷ Esse entendimento é particularmente forte na África, onde as nações vêm no futebol o melhor meio para derrotar os colonizadores. “Eles nos governam com armas e máquinas. Na base do homem a homem, no campo de futebol, nós podemos mostrar a eles quem é mesmo superior”, afirmou Ferhat Abbas, líder do governo provisório da Argélia durante a guerra da independência (GOLDBLATT, 2006). Tempos depois, foi a vez de o ídolo camaronês Roger Milla destacar que “o futebol é o que permite a uma pequena nação tornar-se grande” (FRANCO JÚNIOR, 2007).

²⁸ Segundo Barack Obama: “Quando criança, eu jogava futebol em uma rua suja de Jacarta, e o jogo tornava mais próximas as crianças da minha vizinhança”. Essa declaração, fortemente embasada no componente cooperativo da prática futebolística, aponta para um significado socialmente atribuído ao futebol menos vinculado à exaltação nacional e mais orientado para a cooperação com a comunidade internacional. Ver VECSEY, George. Obama Lends Weight to World Cup Bid. New York: **New York Times**, 14 de abril de 2009. Disponível em <<http://www.nytimes.com>>. Acesso em: 31 de outubro de 2009.

²⁹ Como visto, o livre-comércio da era da Pax Britannica foi fundamental para a disseminação do futebol no final do século XIX e no começo do século XX.

americana procuravam um jogador símbolo para promover o esporte, e a popularidade mundial de Beckham e a atração midiática que ele produz eram condizentes com esse propósito (MOLINA, 2007). Ademais, alguns grandes clubes europeus, percebendo a nova abertura do mercado norte-americano, têm feito as suas pré-temporadas nesse país com o intuito de conquistar novos torcedores. Não obstante, a espetacularização do futebol não parece ser capaz de sustentar sozinha a popularidade desse esporte, e a conformação cultural e histórica da sociedade norte-americana torna improvável, no curto prazo, a atribuição de um significado identitário ao esporte criado pelos colonizadores.

3. Futebol e nacionalismo na era da globalização

Este capítulo tem por objetivo descrever a complexidade que envolve a forte comercialização do futebol, iniciada em meados da década de 70, e a manutenção do seu principal significado de vinculação coletiva. Primeiramente, será avaliado o processo que levou o futebol a tornar-se o esporte mais popular do mundo e uma cultura de massas verdadeiramente global. Como será visto, esse fato deveu-se essencialmente ao papel realizado pelas transmissões televisivas, além da transformação ocorrida na administração da FIFA. Na seqüência, observar-se-á como ocorre a tênue aliança entre a mercantilização e a identidade coletiva, finalizando com uma breve ilustração acerca do mercado de atletas.

3.1. Comercialização e expansão global

A transformação do futebol no esporte mais popular do mundo, por meio da sua comercialização, foi resultado direto das eleições para a presidência da FIFA em 1974. Naquela ocasião, o então presidente Stanley Rous concorreu com o brasileiro João Havelange, candidato oficial da América do Sul. Até então, a Organização era caracterizada pelo controle europeu e pela recusa em permitir que o futebol fosse comercializado. Havelange assimilou muito bem, todavia, o que significava um dos princípios básicos da FIFA: “um país, um voto”. Devido aos movimentos de independência ocorridos especialmente na Ásia e na África, a constituição política da FIFA havia sido bastante alterada. Em 1974, havia 140 países associados, e os europeus e sul-americanos representavam menos de um terço do total (EISENBERG, 2005; GOLDBLATT, 2006; SMIT, 2007).

Com uma campanha agressiva e com forte destreza diplomática, Havelange visitou 86 países. Na África, ao contrário do seu concorrente, o brasileiro prometeu aos membros do continente que, enquanto ele fosse presidente, a África do Sul seria banida da FIFA até o fim do regime do *Apartheid*. Ademais, também assegurou a ampliação do número de vagas para a Copa do Mundo, elevando a quantidade de vagas africanas, além de garantir a realização de Copas do Mundo de juniores em territórios não-europeus. Por fim, prometeu suporte técnico e financiamentos para a construção de estádios, de centros médicos e de centros de treinamentos. A eleição, realizada em Frankfurt, terminou com vitória de Havelange por 68 votos a 52 (GOLDBLATT, 2006; SMIT, 2007).

Após as eleições, Havelange fez um acordo com o presidente da Adidas Horst Dassler que transformaria os negócios ligados ao futebol. Dassler havia percebido que, com o

crescimento das multinacionais, essas empresas passaram a desejar que as suas marcas tivessem reputação global. Assim, o patrocínio de eventos esportivos poderia ter um impacto mais positivo do que a propaganda tradicional, já que construiriam a imagem das empresas como boas cidadãs corporativas, atrelando-as aos valores íntegros e prestigiosos do esporte. Havelange, então, concedeu os direitos sobre a venda de acordos de marketing no futebol internacional para Dassler. Com a ajuda de Patrick Nally, ex-gerente de propaganda e sócio da empresa de marketing esportivo West Nally, Dassler viajou pelo mundo procurando convencer as maiores empresas a investirem em futebol. O contrato com a Coca Cola, provavelmente o mais lucrativo, permitiu a Havelange financiar a realização dos prometidos campeonatos de juniores. Em 1977, a Tunísia foi a primeira a sediar, seguida pelo Japão em 1979 e pela Austrália em 1981 (SMIT, 2007).

Como resultado, acentuadamente a partir da Copa do Mundo da Itália em 1990, o mundo do futebol tem experimentado um crescimento financeiro e geográfico sem precedentes. Em meados da década de 90, o futebol já movimentava cerca de US\$ 225 bilhões por ano. Os poderes da FIFA tornavam-se bastante nítidos, dado o volume de recursos de que dispunha, além das questões de ordem política que levantava. A realização da Copa do Mundo de 1994 nos EUA representou uma ousada tentativa de conquistar o maior mercado consumidor de esportes e de entretenimento. Consciente da crescente importância asiática para o futuro da economia mundial e para a expansão do futebol, Havelange já defendia a idéia de uma Copa na Ásia desde a segunda metade da década de 80. Além disso, a decisão posterior de estabelecer um sistema de rodízio para a realização das Copas do Mundo – com a primeira Copa do Mundo na África em 2010 – buscava consolidar o futebol como o esporte mais popular do planeta (BUTLER, 2002; GIULIANOTTI, 1999; HILL, 2004).

Particularmente, foi a televisão a grande responsável pela expansão global do futebol, contribuindo fortemente para a transformação do esporte em uma mercadoria e em um espetáculo para o consumo das massas. De acordo com o balanço financeiro da FIFA de 2007 e de 2008, a receita total dos dois anos alcançou US\$ 1,839 bilhão, sendo que US\$1,070 bilhão já se referia à venda de direitos sobre a transmissão televisiva da Copa do Mundo de 2010, quase dois anos antes do torneio. Devido ao fato de ser barato para produzir e de seduzir grandes audiências, os esportes sempre foram atrativos para a indústria midiática (FIFA, 2008; 2009a; HORNE; MANZENREITER, 2002).

Segundo Goldblatt (2006), antes dos anos 90, em quase todos os lugares da Europa havia apenas um único comprador dos direitos televisivos – invariavelmente de propriedade estatal. Frente a essa escassez de concorrência e, o que era comum, temerosos de que um

incremento da transmissão televisiva acarretaria a diminuição do público nos estádios, os clubes acabavam aceitando o pouco que ofereciam os compradores. Com o tempo, porém, os dirigentes começaram a perceber que as transmissões regulares podem ajudar a desenvolver a atração pública pelo jogo. Como afirma Giulianotti (1999, p.91), “o esporte televisionado aumenta as receitas dos ingressos no estádio ao reforçar o reconhecimento e a lealdade dos torcedores”. Assim, nos lugares onde houve competição, como na Inglaterra, o valor dos direitos cresceu de forma acentuada (GOLDBLATT, 2006). Em 1992, ano de estréia da Premiership (reformulação do campeonato inglês), a British Sky Broadcasting (BSkyB) e a British Broadcasting Corporation (BBC) acertaram um contrato de 304 milhões de libras esterlinas por 5 temporadas (GIULIANOTTI, 1999). Hoje, o contrato de 3 anos que se encerra em julho de 2010 – com inúmeros compradores – ultrapassa 2,7 bilhões de libras esterlinas. Na temporada 1991/1992, a receita coletiva dos 20 clubes ingleses da primeira divisão era de 170 milhões de libras esterlinas. Na temporada 2007/2008, ela chegou a 1,93 bilhões de libras (DELOITTE, 2009).

A difusão global do futebol nos últimos 20 anos esteve estreitamente ligada à abrangência das transmissões televisivas. De acordo com a Tabela 1, a audiência média acumulada das Copas do Mundo de 1990 até 2006 aproxima-se de 28 bilhões de pessoas (a Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos, alcançou 32 bilhões de audiência acumulada, ao passo que a Copa de 1986, no México, não atingiu 14 bilhões). O número de horas dedicadas pelas emissoras à cobertura da Copa de 2006 chegou a 73072 – 76% a mais do que a Copa de 2002 e 148% a mais do que a Copa de 1998. A Copa do mundo realizada na Alemanha foi transmitida para nada menos do que 214 países, um salto gigantesco se comparado com os 166 países da Copa de 1986 (FIFA, 2006).

Tabela 1. Cobertura televisiva das Copas do Mundo (1986 – 2006)			
Edição	Países	Tempo de transmissão (horas)	Audiência acumulada (mil indivíduos)
Copa de 1986 – México	166	9926	13506689
Copa de 1990 – Itália	167	14693	26692759
Copa de 1994 – EUA	188	16392	32115652
Copa de 1998 – França	196	29145	24770446
Copa de 2002 – Coréia/Japão	213	41324	28843581
Copa de 2006 – Alemanha	214	73072	26288753

Fonte: FIFA (2006).

Essa visibilidade sem precedentes para eventos esportivos – as Olimpíadas de Pequim tiveram uma audiência acumulada de apenas 4,7 bilhões – tem como efeito principal a atração

de diversas empresas transnacionais que desejam expandir o seu mercado para além das fronteiras nacionais. Nesse contexto, a disseminação do futebol como uma cultura global e a globalização econômica e financeira estiveram bastante interligados. Da mesma forma que a globalização, entretanto, a cultura futebolística não pode ser caracterizada pela homogeneização, mesmo considerando-se o grau de comercialização do futebol moderno.

3.2. A interdependência entre a mercantilização e a identificação coletiva

Ao contrário do que tem sido sugerido, especialmente por teóricos da globalização, o aumento da influência das empresas transnacionais e o incremento da comunicação global não extinguiram o nacionalismo como uma fonte de identidade (NELSON, 2007). Retomando Guibernau (1997), o nacionalismo representaria uma reação direta à sensação individual e coletiva de dúvida e de fragmentação oriundas da globalização. Conforme Guedes (2006, p.77), “quanto mais as fronteiras dos Estados-nações são penetradas pela economia transnacional e por uma ordem política mundializada, mais significativas se tornam as formas modernas assumidas pelas identidades nacionais, bem como os veículos de que se servem”. Esse aparente paradoxo é refletido claramente na cultura futebolística. Por um lado, há a hipermercantilização e a espetacularização do futebol e a construção de culturas transnacionais. Por outro lado, há a permanência de rituais simbólicos nacionais e de pertencimento local que devem ser exaltados pelo futebol globalizado para que este se sustente (SOARES et al., 2007; ESCHER; REIS, 2008).

Dessa forma, o futebol mantém um forte componente de exaltação nacional, fato que não pode ser desconsiderado pelos atores envolvidos na comercialização do jogo. No início de século XXI, por exemplo, a forte crise que assolou a Argentina às vésperas da Copa do Mundo da Coreia e do Japão acarretou a intensificação dos discursos nacionalistas entre os meios de comunicação, inclusive aqueles que vinculavam um possível êxito no Leste asiático com a suspensão – ou até mesmo a eliminação – do conflito social, fato que era enfaticamente negado pelo treinador Marcelo Bielsa. No âmbito das empresas, as propagandas relativas ao Mundial também carregavam forte teor patriótico. Os casos da cervejaria Quilmes e da petroleira YPF são bastante didáticos. Poucos dias antes no início da Copa, a cervejaria, tradicionalmente formada por capitais argentinos, foi vendida para a brasileira Brahma. Nesse contexto, a concorrente alemã Isenbeck realizou uma agressiva campanha que questionava a legitimidade da Quilmes na defesa de um patriotismo futebolístico. A YPF, por sua vez, foi durante muitos anos o orgulho das empresas estatais argentinas. Em 1999, contudo, ela seria

absorvida pela espanhola Repsol. Apesar disso, durante o Mundial de 2002, as campanhas publicitárias da Repsol-YPF utilizavam o seguinte *slogan*, deliberadamente escondendo o emblema da Repsol: “Quando joga a seleção, jogamos todos. YPF, mais do que um patrocinador, torcedor oficial da seleção” (ALABARCES, 2006).

De acordo com Nelson (2007), as Copas do Mundo acarretam uma aliança entre os Estados-nações e as empresas transnacionais, cujos interesses normalmente são contrapostos. Apesar de o nacionalismo estar pelo menos implicitamente ligado ao Estado-nação, o mesmo não ocorre com as empresas transnacionais. Por ocasião desses grandes eventos, não obstante, ambos convergem na tentativa de aproveitar e de explorar a emoção e o entusiasmo característicos da competição. Para as empresas transnacionais, a emergência de um mercado global com preferências homogêneas é uma condição importante para o sucesso do negócio. O futebol, entretanto, ainda que tenha se tornado uma cultura de massas global, age no sentido de estimular e de promover formas paroquiais de nacionalismo. Diante disso, as empresas atuam com vistas a beneficiarem-se de ter os seus produtos e as suas marcas atrelados a espetáculos nacionalistas, mas sem que isso gere um tipo de nacionalismo politizado que se oponha à agenda de desregulamentação dos mercados. Desafio parecido enfrenta a FIFA, uma vez ela deve equilibrar os seus objetivos globais com o fato de que a exaltação nacional é inerente ao futebol internacional (NELSON, 2007). Pode-se dizer, portanto, que a estrutura social de conhecimento compartilhado que legitima o futebol como um dos meios mais poderosos de identificação nacional proporciona direções e objetivos para os atores e condiciona o seu comportamento.

No sentido inverso, ícones de identificação nacional enfatizam a sua particularidade local com o objetivo de conquistar visibilidade e reconhecimento global. O clássico escocês denominado a “Velha Firma” (*The Old Firm*), considerado por muitos o de maior rivalidade do futebol mundial, proporciona um dos melhores exemplos da complexa dialética entre cultura local e mercantilização. O Celtic, fundado em 1888 por um padre marista, representava a comunidade marginalizada dos imigrantes irlandeses católicos de Glasgow. O Rangers, fundado em 1872, inicialmente não tinha nenhuma aspiração religiosa ou política em particular. Com o crescente sucesso do Celtic, entretanto, a sociedade protestante escocesa começou a exigir uma equipe que pudesse fazer frente ao clube católico. Assim, na medida em que acumulou vitórias sobre o Celtic, o Rangers passou a ser acolhido pelos protestantes escoceses. Em 1910, o clube reforçaria essa condição ao banir jogadores católicos, ainda que o Celtic nunca tenha adotado uma política de contratações baseada no componente religioso (FOER, 2005; GIULIANOTTI, 1999; MURRAY, 2000).

Além da questão religiosa, ambas as equipes também representam o problema nacional, especialmente na turbulenta Irlanda do Norte. Vestindo verde e branco e utilizando um trevo em seu emblema, o Celtic tem uma relação bastante íntima com a católica República da Irlanda, cuja bandeira tricolor é vastamente utilizada nas partidas do clube. O Rangers, por sua vez, adotou o vermelho, branco e azul do Reino Unido no seu uniforme oficial. Seus torcedores vestem camisas alaranjadas e portam bandeiras da mesma cor para comemorar a queda da monarquia católica em 1688 por Guilherme de Orange. Nos dias de clássicos, enquanto os torcedores do Celtic chegam a celebrar os atentados do Exército Republicano Irlandês (IRA), os torcedores do Rangers cantam o hino do Império Britânico (FOER, 2005; MURRAY, 2000).

Aparentemente, a mercantilização do futebol no início dos anos 90 parecia que iria causar um grande impacto sobre o sectarismo da “Velha Firma”. Graeme Souness, então administrador do Rangers, defendendo que o clube deveria escolher entre o sucesso e o sectarismo, contratou o ex-jogador do Celtic Maurice Johnston (católico) e renunciou oficialmente à política anticatólica. Como resultado, torcedores reuniram-se do lado de fora do estádio do clube para queimar bandeiras e ingressos para a temporada, além de organizarem velórios para chorar a morte da identidade protestante do clube. Do outro lado, torcedores do Celtic também protestaram contra o jogador Johnston pela mudança para o rival (FOER, 2005; GOLDBLATT, 2006).

Apesar disso, a mercantilização acarretou uma importante adaptação da cultura local no que tange às transferências de atletas. Jogadores católicos contratados de outros lugares do mundo não são mais vistos pelos torcedores do Rangers como objetos do mesmo banimento direcionado aos jogadores católicos irlandeses (GIULIANOTTI, 1999). O resultado foi, como observou Foer (2005), que o Rangers, desde o final da década de 90, tem colocado em campo um número de católicos quase igual ao do Celtic.

Aliado a isso, os dois clubes, deliberadamente, não procuram reprimir as intolerâncias religiosas dos seus torcedores. O objetivo é aproveitar o reconhecimento mundial da sua rivalidade para obter lucros conjuntamente. Com efeito, como argumenta Goldblatt (2006, p.717), “ao mesmo tempo em que os dois clubes tornaram-se mais semelhantes institucionalmente e mais vinculados economicamente, o grau de rancor entre os torcedores também aumentou”. O sectarismo sempre foi um negócio lucrativo para os dois clubes, pois seus jogos quase sempre alcançam lotação máxima (MURRAY, 2000). Procura-se, assim, promover mundialmente essa particularidade cultural de uma forma deliberada e complexa:

Os clubes armazenam o ódio étnico, ou fazem apenas tentativas periódicas de desencorajá-lo, porque sabem que isso faz pleno sentido do ponto de vista comercial. Mesmo no mercado global, eles atraem torcedores que anseiam pela identificação étnica - e por participar de uma luta existencial em defesa de sua tribo. Se perdessem a fraseologia extremista, estariam perdendo dinheiro. De fato, desde o início de sua rivalidade, Celtic e Rangers foram cognominados a “Velha Firma”, pois são vistos como tendo feito um conluio para lucrarem com o ódio recíproco (FOER, 2005, p. 40 e 41).

Assim, como destacam Giulianotti e Robertson (2006), mesmo os clubes que pretendem expandir o seu mercado para além das fronteiras nacionais devem manter os laços que os vinculam à sua cultura local. Inviabilizados de alcançar grandes lucros no limitado mercado escocês, Celtic e Rangers procuram, tendo por base o apelo mercadológico exercido pelo sectarismo e a atração da identificação coletiva, outras alternativas para reforçar a sua visibilidade e as suas receitas. Como afirma Giulianotti (2003), a opção preferida é a *Old Firm* participar da Liga Inglesa (Premiership), a Liga nacional mais lucrativa do mundo. Segundo a Deloitte (2009), a competição teve receitas que alcançaram 1,93 bilhão de libras esterlinas na temporada 2007/2008 e foi transmitida para 202 países. Tanto a FIFA quanto a UEFA, entretanto, manifestaram a sua oposição à mudança da *Old Firm* para a Inglaterra, sob a alegação de que os clubes deveriam manter-se vinculados às suas fronteiras nacionais³⁰. Ademais, muitos clubes ingleses vêem a entrada da *Old Firm* com temor devido ao aumento da concorrência, o que pode dificultar a obtenção das importantes vagas para as competições européias (GIULIANOTTI, 2003).

Em agosto de 2004, o governo brasileiro aproveitou-se dos efeitos da comercialização global do futebol para buscar os interesses nacionais. Com vistas a incrementar o seu protagonismo no cenário internacional, o Brasil passou a liderar uma Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti, onde a violência tomou conta antes e depois da renúncia forçada do Presidente Aristide. O contexto de guerra civil e a dificuldade inicial da aceitação pelos haitianos da presença militar brasileira acarretaram uma diplomacia pouco usual nas Relações Internacionais. Diante do enorme prestígio alcançado pela Seleção brasileira de futebol, então campeã do mundo, o governo brasileiro determinou a realização de um amistoso contra a seleção do Haiti na capital Porto Príncipe. Nas palavras do Presidente Lula (apud VASCONCELLOS, 2008), a realização da partida simbolizava “confraternização, cooperação

³⁰ A disposição dos clubes e dos torcedores da *Old Firm* de disputar o campeonato inglês em detrimento do escocês pode ser facilitado pelo relativo distanciamento desses clubes em relação ao sentimento nacionalista escocês, uma vez que o Celtic está bastante vinculado à Irlanda e o Rangers ao Reino Unido. Como destaca Giulianotti (2003), durante jogos contra os clubes da “Velha Firma”, torcedores de outros clubes da Escócia cantam o hino nacional escocês, “*Flower of Scotland*”, para enfatizar seu nacionalismo cultural como forma de destacar-se de seus rivais de Glasgow.

e compromisso do Brasil com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional”. Lançava-se mão, mais uma vez, do legitimado código futebolístico de forma a aprimorar a comunicação e a cooperação entre as nações³¹.

Os consagrados jogadores brasileiros, desde a saída do aeroporto, foram conduzidos pelas ruas da cidade em um comboio de tanques brancos da ONU - uma clara tentativa de atrelar o prestígio dos jogadores às tropas de paz brasileiras. Como esperado, centenas de milhares de haitianos deliravam à medida que os veículos passavam, carregados de jogadores como Ronaldo, Ronaldinho e Roberto Carlos. No estádio, lotado por cerca de 15 mil pessoas, pôde-se perceber claramente a interdependência entre a espetacularização do esporte e a manutenção dos valores de exaltação nacional. Por um lado, os torcedores haitianos ficavam extasiados com a capacidade técnica dos jogadores brasileiros, comprovando aquilo que antes parecia ser apenas um distante efeito midiático. Por outro, vestindo as cores do seu país, os torcedores haitianos vibravam com os modestos progressos da sua seleção em campo, reforçando a comunidade imaginária de uma nação altamente fragmentada.

A simbiose entre a mercantilização do futebol e a exaltação do nacionalismo, contudo, não ocorre tranqüilamente. Na comunidade autônoma do País Basco, por exemplo, o Athletic Bilbao é conhecido pelo fato de contratar apenas jogadores bascos (o último estrangeiro deixou o clube em 1912). Apesar disso, segundo Roy (2007), a constante ameaça do rebaixamento – o que significaria uma queda vertiginosa das receitas – tem feito surgir intensas discussões a respeito da possibilidade de o clube abandonar essa tradicional política. O clube ainda é um dos únicos, ao lado de Real Madrid e de Barcelona³², a nunca terem sido rebaixados no campeonato espanhol, mas a aceleração das transferências mundiais de jogadores tornou ainda mais complicada a tarefa de montar times competitivos exclusivamente formados por jogadores bascos³³.

³¹ Não por acaso, a partida também seria posteriormente chamada de o “Jogo da Paz”, da mesma forma que o confronto entre EUA e Irã pela Copa do Mundo de 1998 (VIANA, 2008). Em 22 de novembro de 2009, no que pode vir a ser uma nova e mais ousada versão da diplomacia do futebol, o Presidente Lula anunciou a intenção de realizar um novo Jogo da Paz, desta vez no Oriente Médio e opondo a seleção brasileira a um combinado de jogadores palestinos e israelenses. Ver FALCÃO, Márcio. Lula sugere futebol “da paz” com israelenses e palestinos. **Folha Online**, São Paulo, 22 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u655900.shtml>>. Acesso em: 22 de novembro de 2009.

³² O Barcelona, apesar da sua ligação histórica com o nacionalismo catalão, nunca contratou apenas jogadores dessa região. Para Roy (2007), o Barcelona é um caso peculiar de nacionalismo cívico, pois “você pertence somente se quiser pertencer”. Essa política permitiu ao Barcelona conquistar importantes resultados dentro e fora de campo, possibilitando ao clube ser o único a jamais ter utilizado patrocínio no seu uniforme. Em 2006, em uma excelente estratégia de marketing, o Barcelona aceitou estampar – pagando 1,5 milhões de euros por ano ao invés de recebendo – na sua camiseta o emblema do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), podendo assim atrelar o nome do clube a valores humanitários universais.

³³ No passado, o clube procurava jovens jogadores apenas em Bilbao e nos arredores da província de Biscaia. Mais recentemente, as regras tornaram-se mais flexíveis, incorporando as três províncias bascas da Espanha,

A Copa de 1998, por sua vez, ficou marcada pela acirrada disputa entre as duas maiores empresas de material esportivo do mundo, a Nike e a Adidas. Quando França e Brasil chegaram à final da competição, a disputa particular entre essas grandes corporações havia ficado ainda mais evidente, já que a França era patrocinada pela Adidas e o Brasil pela Nike. A Adidas, após lamentar o comportamento e a eliminação do seu principal garoto-propaganda David Beckham – expulso na partida contra a Argentina –, alcançou a glória quando a seleção francesa conquistou o título sobre a seleção brasileira da arqui-rival Nike. Em 1996, a seleção brasileira havia firmado um contrato com a empresa norte-americana no valor de US\$ 160 milhões válidos por dez temporadas (SMIT, 2007).

Naquele dia 12 de julho de 1998, além da conquista francesa, outro fator também acarretou grande repercussão. Na escalação da seleção brasileira divulgada minutos antes da partida, o atacante Edmundo substituiu o então melhor jogador do mundo, Ronaldo, fato que seria desmentido pouco tempo depois. Como seria revelado na seqüência, Ronaldo havia sofrido convulsões enquanto dormia, poucas horas antes da partida. Após ser levado ao hospital e nada de conclusivo ter sido constatado, o jogador seria escalado para iniciar a partida (WISNIK, 2008).

A apática atuação, tanto de Ronaldo quanto do resto da seleção brasileira, levantou uma série de indagações a respeito do poder exercido pela empresa transnacional Nike sobre Ronaldo (com quem tem um contrato vitalício) e sobre a equipe nacional. A escalação do jogador, mesmo que fosse óbvio que ele não estava nas suas melhores condições físicas e psicológicas e dado o significado atribuído àquela final pelas duas maiores empresas de material esportivo do mundo, fez surgir rumores de que a Nike havia exigido a participação do jogador na final. No começo de 1999, o contrato da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com a Nike foi tornado público, mostrando evidências de que a companhia norte-americana tinha um razoável controle sobre os amistosos da seleção, bem como sobre onde ela iria jogar e quem estaria em campo (GOLDBLATT, 2006). Assim, a ingerência de uma empresa transnacional sobre um ícone sagrado do nacionalismo brasileiro causou um grande mal-estar entre a população e sinalizou para os limites da relação entre a mercantilização do jogo e a manutenção dos vínculos nacionalistas.

Para Damo (2008), a espetacularização do futebol também traz permanente desconfiança e tensão entre os torcedores e os jogadores de um clube. De acordo com o autor,

mais a província de Navarra e a parte francesa do País Basco. O clube tem um banco de dados com os jogadores de origem basca e está considerando a possibilidade de criar escolas de futebol na América Latina para os filhos dos imigrantes. Ver MAYR, Walter. How a proud basque team is resisting globalization. **Der Spiegel**, Hamburg, 4 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/europe/0,1518,546860-2,00.html>>.

os vínculos dos atletas com os clubes passaram a ser regidos pelas leis trabalhistas, tendo por isso liberdade para ofertar a sua força de trabalho conforme a conveniência e as possibilidades. O mesmo não acontece com os torcedores, uma vez que eles estão vinculados perpetuamente ao clube mediante laços afetivos. Nesse contexto, o comportamento exigido do jogador para superar a desconfiança do torcedor é a demonstração de entrega irrestrita. Ao doar-se à causa da equipe, o jogador está, simultaneamente, doando-se à comunidade afetiva que deposita nele a sua confiança (DAMO, 2008).

No âmbito das seleções nacionais, o efeito é o mesmo. A fraca campanha da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2006 levantou intensas discussões acerca da indiferença dos jogadores em relação à nação. Entre os 23 jogadores que foram convocados para a Copa, 20 jogavam por clubes estrangeiros e apenas 3 jogavam em território brasileiro (SOARES et al., 2007). A distância da realidade nacional, agravada pelos altos salários e pelo nível de popularidade e de prestígio mundial atingido pela maioria dos jogadores, acarretou o descontentamento da população no que tange ao comprometimento apresentado pelos seus representantes:

A explicação mais comum no Brasil foi a de que jogadores distanciados do seu país de origem, celebrados pelas atuações em poderosos clubes europeus, acomodados a um sucesso financeiro discrepante das condições brasileiras, tinham perdido a motivação nacional. [...] Em outras palavras, a globalização teria cavado, mesmo para o “país do futebol”, uma cisão entre a vertente passional, gratuita e amadora do jogo, tradicionalmente apresentada nas copas do mundo, e a vertente transnacional do esporte moldada pelo capital, representada especialmente pelos campeonatos europeus onde todos passaram a jogar (WISNIK, 2008, p.386).

Na opinião de Escher e Reis (2008), contudo, é principalmente pelo fato de o futebol ser o principal identificador da nação brasileira que um jogador dificilmente se recusaria a disputar uma Copa do Mundo. Conforme os autores, “além de contribuir para a imagem do jogador, já tornado um objeto manipulável, valorizando-o para o mercado, eles realmente incorporam o discurso de representantes da nação brasileira” (ESCHER e REIS, 2008, p.7). Para Hobsbawm (2007, p.94), “os imperativos não-econômicos da identidade nacional têm tido força suficiente para afirmar-se no contexto do jogo” e consolidam a Copa do Mundo como “o elemento principal e mais poderoso da presença econômica global do futebol”.

Porém, os episódios da preparação da seleção brasileira na pequena cidade suíça de Weggis comprovam ser problemática e tênue a aliança entre a alta comercialização e a exaltação nacionalista. A CBF, de acordo com a tendência mercadológica de espetacularizar todas as atividades da seleção, abriu completamente os treinos da equipe, tanto para os

jornalistas quanto para o público, reforçando a comercialização da imagem da seleção brasileira em detrimento da concentração necessária à conquista de uma Copa do Mundo (WISNIK, 2008).

Assim, a excessiva comercialização pode significar o esvaziamento simbólico do jogo. A liberalização total da indústria futebolística às leis do mercado poderia alterar o significado socialmente atribuído ao esporte, passando a representar menos um meio para a diferenciação nacional do que um espetáculo para o consumo das massas. Essa cultura global, entretanto, dificilmente se sustentaria, haja vista ser a manutenção simbólica da identidade social no futebol uma condição *sine qua non* para o sucesso da sua comercialização.

3.3. O mercado de atletas

O mercado de atletas é uma situação especialmente problemática. Em 1995, a decisão da Corte de Justiça Européia para o caso Bosman impediu que os países comunitários impusessem quotas para os jogadores de outros Estados-membros e contribuiu para o já acelerado desenvolvimento do mercado global de jogadores. Como resultado, um pequeno número de grandes clubes europeus – verdadeiras empresas transnacionais – passou a dominar o mercado de jogadores mundial, enfraquecendo os demais clubes e acentuando a desigualdade (HOBSBAWM, 2007). Retomando a opinião de Vizentini (2005), percebe-se que essa desigualdade no seio da comercialização do futebol apenas reflete uma realidade mais ampla do processo de globalização. Segundo relatório da Deloitte (2009), os 20 clubes com maior receita no mundo, todos europeus, somaram 3,9 bilhões de euros de receita na temporada 2007/2008, mais do que o triplo do primeiro relatório da Deloitte, realizado na temporada 1996/1997. As receitas desses 20 clubes representam cerca de 30% da receita total do mercado europeu, o qual contém pouco mais do que 200 mil clubes (DELOITTE, 2008; KUNZ, 2007). Desses 3,9 bilhões de euros, 41% referem-se a cotas de televisão, a principal fonte de divisas do futebol globalizado.

Aos outros continentes, inclusive a tradicional – em termos futebolísticos – América do Sul, cabe o papel de exportar os jogadores para as lucrativas Ligas européias. No Uruguai e na Argentina, por exemplo, a receita com a venda de jogadores representava cerca de 50% da receita total dos clubes da primeira divisão em 2006 (DELOITTE, 2007). No Brasil, esse percentual, graças ao tamanho do mercado brasileiro, vem caindo de 34% em 2007 para 28% em 2008, ao passo que as cotas de televisão subiram de 22% para 24% (CASUAL AUDITORES INDEPENDENTES, 2009). Seguindo a tendência das migrações

contemporâneas, o êxodo de jogadores vem ocorrendo dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, preponderantemente dos continentes africano e sul-americano para o velho continente. Ademais, mesmo no âmbito intra-europeu percebe-se uma alta mobilidade de jogadores dos países de menor para os de maior economia.

A Tabela 2 mostra o número de jogadores das seleções nacionais participantes da Copa de 2006 que atuavam em outros países, bem como a quantidade de jogadores que tinham dupla nacionalidade ou que haviam se naturalizado (a FIFA autorizou a inscrição de 23 jogadores por equipe):

Tabela 2. Local de atuação e nacionalidade dos jogadores das seleções nacionais na Copa de 2006.		
Seleções	Jogadores da seleção que atuam em países diferentes	Dupla nacionalidade ou naturalizados
Alemanha	2	3
Costa Rica	5	1
Polônia	16	0
Equador	7	0
Inglaterra	2	1
Paraguai	18	1
Trinidad e Tobago	19	4
Suécia	19	1
Argentina	20	0
Costa do Marfim	23	3
Sérvia e Montenegro	18	7
Holanda	10	0
México	4	2
Irã	8	1
Angola	13	0
Portugal	17	3
Itália	0	2
Gana	20	1
Estados Unidos	11	1
República Tcheca	20	1
Brasil	20	0
Croácia	20	8
Austrália	22	1
Japão	9	1
França	16	7
Suíça	18	4
Coréia do Sul	7	0
Togo	21	5
Espanha	6	1
Ucrânia	5	1
Tunísia	18	7
Arábia Saudita	1	0

Fonte: SOARES et al. (2007), com base na Revista Placar de maio de 2006.

Primeiramente, observa-se que o número de jogadores de seleções nacionais sul-americanas que atuam no exterior é realmente bastante alto: 18 no Paraguai e 20 no Brasil e na Argentina. Na África, a quantidade é ainda mais impressionante: 13 na Angola, 20 em Gana, 21 em Togo, 18 na Tunísia e todos os 23 jogadores na Costa do Marfim. O continente negro, um dos maiores perdedores do processo de globalização, não reúne condições financeiras para segurar os seus principais jogadores. Os direitos televisivos da Liga dos Campeões Africanos, por exemplo, geram menos de 1% da receita da sua equivalente europeia e menos de um quarto da receita da Liga dos Campeões Árabes (GOLDBLATT, 2006).

Na Ásia, a Coreia do Sul com 7 e o Japão com 9 jogadores atuando no exterior sinalizam para uma nova estratégia dos clubes europeus: a de expandir o seu mercado em direção ao continente asiático, especialmente para o Leste. Essa estratégia está intimamente ligada a uma gradual mudança do centro da economia mundial para a Ásia, com destaque para a China. A difusão internacional do futebol no pós-Guerra Fria também seguiu essa tendência. Desde a Copa de 1990, a Ásia somente não teve a maior audiência televisiva acumulada na Copa de 1998. Em 2006, a China foi o país que registrou a maior audiência acumulada, chegando a quase 4 bilhões de pessoas (FIFA, 2006).

Para os grandes clubes europeus, a integração da economia asiática à cultura futebolística representou uma nova forma de auferir lucros até então desconhecidos. Ao longo dos últimos anos, diversos clubes do velho continente têm realizado a sua pré-temporada na Ásia, além de abrir muitas lojas licenciadas na região. Outra estratégia bastante utilizada para atrair a atenção de nações asiáticas tem sido contratar os seus jogadores. O primeiro grande jogador a ir para a Europa foi o japonês Nakata, após a Copa de 1998. Hoje, esse plano tornou-se comum, uma vez que - ratificando a importância da manutenção dos vínculos nacionais no futebol mercantilizado - a contratação de um jogador nacional produz um aumento substancial do interesse asiático pelo clube contratante (HORNE; MANZENREITER, 2006).

A contratação de Nakata pelo Perugia em 1998 ampliou significativamente o número de assinantes da SkyPerfecTV! para assistir à Série A italiana. O mesmo ocorreu em 2001 quando o Feyenoord de Roterdã contratou Ono Shinji e a mesma emissora comprou os direitos sobre o campeonato holandês. Em 2002, foi a vez do campeonato belga, devido à contratação de Suzuki Takayuki pelo Racing Genk. Os jogos do inglês Everton passaram a ser transmitidos na China após a contratação por empréstimo de Lin Tié, melhor jogador chinês do ano em 2002. Ademais, tal fato pode também ter facilitado a concretização de um negócio

milionário entre o clube inglês e a empresa de telefones móveis Kejian. Da mesma forma, uma empresa japonesa do mesmo setor (NTT DoCoMo) tornou-se patrocinadora do Feyenoord, enquanto que o Racing Genk passou a contar com o patrocínio da empresa de equipamentos industriais japonesa Nitto (HORNE; MANZENREITER, 2006).

Na seqüência da análise da Tabela 2, a Austrália, com 22 jogadores atuando no exterior, enfrenta uma situação parecida com a dos EUA, uma vez que ambos compartilham de um mesmo passado colonial. O distinto significado socialmente atribuído ao futebol é, portanto, um reflexo da formação histórica e cultural comum. O número relativamente baixo dos EUA (11), não obstante, indica um recente fortalecimento da Liga norte-americana, a Major League Soccer (MLS). Esse fortalecimento deveu-se, como foi analisado, predominantemente à mercantilização do futebol.

Na Europa, a já citada desigualdade está bastante perceptível. Os cinco países com a maior economia da União Européia e com as Ligas nacionais mais rentáveis são também os mercados que absorvem a maior parte dos jogadores. Dos jogadores que participaram da Copa do Mundo de 2006, 88 jogavam na Inglaterra, 51 na Alemanha, 43 na Itália, 42 na França e 37 na Espanha (SOARES et al., 2007). Com a única exceção da França (16), os outros quatro grandes mantêm baixo o número de jogadores que não atuam no país: nenhum na Itália, dois na Inglaterra e na Alemanha e seis na Espanha. Em contrapartida, os demais integrantes da União Européia (UE) vêm boa parte dos seus jogadores migrarem para as principais Ligas Nacionais. Esse é o caso da Polônia (16), da Suécia (19), de Portugal (17) e da República Tcheca (20). A Holanda – tradicional potência futebolística mundial, cujo campeonato nacional conta com importantes clubes como o Ajax, o Feyenoord e o PSV – consegue ainda manter a maior parte dos seus principais jogadores atuando no país³⁴.

Por último, a alta quantidade de jogadores da Croácia e da Sérvia e Montenegro (20 e 18, respectivamente) deve-se à proximidade geográfica e ao fato de tratarem-se de jogadores acostumados a disputar partidas européias. Apesar de não participarem do processo de integração, tanto Croácia quanto Sérvia e Montenegro³⁵ são filiados à UEFA, o que coloca seus jogadores em constante confronto com clubes e seleções dos principais países europeus.

³⁴ Para reduzir a desigualdade de receitas frente às cinco maiores Ligas européias, os principais países da Escandinávia, dos Países Baixos, da Escócia e de Portugal consideraram seriamente a formação de uma Liga Atlântica (GOLDBLATT, 2006). A idéia era suplantando os seus pequenos mercados nacionais, alcançando maior visibilidade e rentabilidade.

³⁵ Poucos dias antes da Copa do Mundo de 2006, Montenegro adquiriu a sua independência da Sérvia. Dessa forma, a seleção que entrou em campo na Alemanha não representava mais um Estado-nação. Antes das partidas, era o hino na antiga Iugoslávia que era tocado, o qual era conscientemente ignorado pelos jogadores. A inexistência de vínculo entre a equipe e a nação pode explicar a apatia de Sérvia e Montenegro no torneio, uma vez que o time retornou para casa sem pontuar uma única vez.

Assim, tal fato faz com que esses jogadores estejam melhor ambientados ao continente e ao estilo de jogo europeu, fazendo com que alguns jogadores sul-americanos ou africanos sejam preteridos.

A UEFA, aliás, cumpriu um importante papel na aproximação dos povos europeus. Sua fundação ocorreu em 1954, e o primeiro torneio continental de clubes aconteceria um ano mais tarde. Em 1957, seis países assinariam o Tratado de Roma, criando a Comunidade Econômica Européia e estabelecendo a base para a integração regional. Três anos depois, o primeiro campeonato europeu de seleções teria lugar na França. Conforme Kuper (2007), “as competições européias tornaram-se festivais pan-europeus, nos quais torcedores de diferentes nacionalidades apóiam equipes diferentes, mas vivem sob as mesmas regras, têm as mesmas conversas em bares e *pubs* e sentem-se parte da Europa”. Em outras palavras, o futebol exerce a função de código comum e compartilhado de comunicação e de aproximação entre as sociedades³⁶.

No século XXI, a UEFA vem adotando essa percepção quando da escolha dos países-sede do campeonato europeu de seleções. A Turquia, cuja intenção de participar do bloco europeu é bastante conhecida, lançou uma campanha para organizar a Eurocopa de 2008 conjuntamente com a Grécia, um inimigo histórico. A recorrente violência dos torcedores turcos, todavia, foi uma das principais causas do fracasso da campanha, além da contenda com a Grécia a respeito da questão cipriota³⁷. A realização bem-sucedida de um campeonato europeu em solo turco poderia melhorar a imagem da Turquia em face do velho continente, reforçando as suas ligações com a União Européia. Esse foi o principal motivo por trás da decisão da UEFA de aceitar a proposta da Polónia e da Ucrânia para sediar a Eurocopa de 2012. Para a Ucrânia, a realização do certame representará um novo paradigma das suas relações externas, mais voltadas para a Europa e com uma maior autonomia em relação à Rússia. Para a União Européia, significará o afastamento gradual da influência russa sobre as suas fronteiras.

Por fim, a Tabela 2 ainda traz informações a respeito da existência ou não de dupla nacionalidade ou de naturalização entre os jogadores. Croácia e Sérvia e Montenegro, devido ao desmantelamento da Iugoslávia no início da década de 90, não surpreendem por possuir 8 e

³⁶ Não obstante, o próprio Kuper ressalta que o componente nacionalista permanece sendo mais forte. As competições continentais mantêm-se como uma das principais arenas de exaltação nacionalista na Europa contemporânea, especialmente quando as partidas opõem rivais históricos.

³⁷ Muitos foram os incidentes. Em 2000, por exemplo, dois torcedores do Leeds United foram esfaqueados em Istambul durante uma partida pela copa da UEFA. No confronto decisivo pelas Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2006, a desclassificação frente à Suíça, em Istambul, levou os próprios jogadores e dirigentes turcos a atacarem o time adversário (GOLDBLATT, 2006).

7 jogadores, respectivamente, com dupla nacionalidade ou naturalizados. A migração internacional contemporânea construiu novos Estados multi-étnicos nos países desenvolvidos, e isso é refletido pelo fato de as cinco maiores economias européias e os EUA possuírem pelo menos um jogador com dupla nacionalidade ou naturalizado. Entre eles, a França lidera com sete – uma continuidade em relação a 1998 –, seguida pela Alemanha com três. Em 21 de maio de 2001, a seleção alemã fez história quando colocou em campo um negro pela primeira vez (Asamoah, nascido em Gana). A maioria dos naturalizados ou com dupla nacionalidade são africanos, o que explica a quantidade observada em países como Costa do Marfim (3), Gana (1), Togo (5) e Tunísia (7). Essa última convocou seis jogadores da França, sua ex-colônia, para integrar a sua seleção (SOARES et al., 2007).

Diante dos dados apresentados, percebe-se um número bastante elevado de jogadores naturalizados ou de dupla nacionalidade. Segundo Soares et al. (2007), o número de jogadores nessas condições quase dobrou da Copa de 2002 para a de 2006. Em 2002, eram 34 jogadores, ao passo que em 2006 essa quantidade atingiu 67. Na Eurocopa de 2008, havia sete jogadores brasileiros espalhados por seis seleções européias. Na seleção nacional da Suíça campeã mundial sub-17 em 2009, nada menos do que 12 jogadores tinham nascido em outro país³⁸. Tais acontecimentos, estreitamente vinculados à configuração contemporânea das migrações internacionais, implicam um risco potencial para a popularidade das Copas do Mundo, pois:

[...] Se fosse permitido que o rentável mercado de atletas, desenvolvido paralelamente ao clubismo, se estendesse para o âmbito das seleções nacionais, tudo indica que as copas perderiam o interesse. [...] A mentalidade nacionalista tolera mal um exército de mercenários, o que faz crer que pertencimentos por laços de sangue e local de nascimento ainda são referências importantes em plena pós-modernidade (DAMO, 2006, p. 55).

Nesse contexto, as ações da organização internacional responsável pelo futebol, a FIFA, têm uma importância fundamental no impedimento dos excessos da comercialização do jogo. Conforme o que foi visto, a alta mercantilização deve levar em conta o significado socialmente atribuído ao futebol como uma arena de exaltação nacional para que possa ser obtido um sucesso permanente. Como destaca Eisenberg (2005), um dos princípios históricos do funcionamento da FIFA, o de “um país, uma Associação”, realça essa condição ao conceder monopólio de representação nacional a apenas uma Associação do país e ao estabelecer uma unidade.

³⁸ São eles: Haris Seferovic e Sead Hajrovic (Bósnia), Igor Mijatovic (Sérvia), Frederic Veseli (Kosovo), Maik Nakic (Croácia), Pajtim Kasami (Macedônia), Granit Xhaka (Albânia), Nassim Ben Khalifa (Tunísia), André Gonçalves (Portugal), Ricardo Rodriguez (Chile), Kofi Nimeley (Gana) e Joel Kiassumbua (Congo).

Talvez o melhor exemplo da posição da FIFA esteja na questão envolvendo a naturalização de jogadores e as Copas do Mundo. Como afirmam Soares et al. (2007), entre 1930 e 1962 não havia normas que limitassem a participação de jogadores estrangeiros nas seleções nacionais, o que inclusive permitiu à seleção italiana da Copa de 1934 convocar jogadores brasileiros e argentinos para a conquista que acabou se tornando um dos símbolos da divulgação do fascismo de Mussolini. Ainda segundo os autores, como os confrontos esportivos internacionais passaram a ser cada vez mais vistos como momentos de exaltação da identidade nacional, tal comportamento não poderia ser mais tolerado. Da Copa de 1966, na Inglaterra, até a última edição na Alemanha, a FIFA começaria a restringir a utilização de estrangeiros nas seleções nacionais. De acordo com o que foi observado, contudo, o aumento da utilização de jogadores naturalizados na Copa de 2006 reflete uma era de forte mobilidade de pessoas do mundo em desenvolvimento para o desenvolvido, o que tem acarretado grandes desafios para a FIFA.

Conforme Damo (2006, p.41), “fazer ver e crer que os esportistas movem-se por razões outras que não as de ordem econômica é uma das atribuições daqueles a quem compete promover o espetáculo”. No âmbito do mercado de atletas, a intenção é a de que a sua lógica não atinja as representações nacionais. Desse modo, a FIFA impede expressamente que um jogador que já tenha atuado por uma seleção nacional possa atuar por outra. Na hipótese de o jogador adquirir uma nova nacionalidade, ele só estará apto a representar essa nova seleção nacional caso ele cumpra uma das seguintes condições: ter nascido naquele país; ter mãe, pai, avô ou avó que tenha nascido naquele território; ou, por fim, ter vivido naquele país continuamente por pelo menos cinco anos após ter atingido os 18 anos de idade (FIFA, 2009b). Para Damo (2006, p.68), “atualiza-se, assim, um código próprio do Estado-nação, que se não impede, ao menos restringe a concessão de cidadania a quem não é nativo”.

Portanto, o futebol proporciona um espaço privilegiado de materialização daquilo que Guibernau (1997) considerou como essencial para a formação de identidades: a diferenciação em relação aos outros e a continuidade no tempo. Enquanto que o futebol difundiu-se recentemente de forma altamente comercializada, aparentemente convergindo para o estabelecimento de uma cultura de massas global, ao mesmo tempo continua sendo visto como uma arena legitimada de diferenciação nacional, devido ao significado que lhe é majoritariamente atribuído. Além disso, as equipes nacionais, ícones sagrados para grande parte das nações, constroem gradativamente, principalmente por meio das Copas do Mundo, uma continuidade em relação ao passado histórico. Nesse sentido, o futebol e o nacionalismo convergem na tarefa de evitar a fragmentação e a dúvida oriundas da globalização. De um

modo geral, a comercialização desse esporte influencia e é influenciada pelos significados atribuídos ao futebol. Não obstante, a alta mercantilização do futebol torna essa relação mais tensa e frágil, cabendo especialmente à FIFA a responsabilidade de empreender normas, valores e idéias que concorram para a manutenção do vínculo coletivo na prática futebolística.

Conclusão

No decorrer desse trabalho, procurou-se desvendar os motivos e a forma pela qual o futebol, mais do que qualquer outro esporte, consolidou-se como um dos principais veículos de identificação nacional em plena pós-modernidade. Com esse propósito, o marco teórico estabelecido objetivou delinear importantes conceitos das teorias do nacionalismo, com destaque para a invenção de tradições (HOBSBAWM, 1984) e para a comunidade imaginada (ANDERSON, 1989). Considerou-se que as seleções nacionais representam verdadeiros ícones sagrados para o nacionalismo. Suas participações em jogos e competições futebolísticas ritualizadas, cujo exemplo mais significativo é a Copa do Mundo, estabelecem uma continuidade temporal em relação ao passado e reforçam a percepção de existência da comunidade imaginária representada. Entre os eventos futebolísticos descritos que refletem importantes componentes da conjuntura internacional destacam-se a conquista da Copa da Ásia de 2007 pelo fragmentado Iraque do pós-invasão norte-americana, a vitória da multi-étnica França na Copa do Mundo de 1998, a reaproximação diplomática das duas Coreias por ocasião da Copa do Mundo de 2002 e os confrontos entre os clubes da antiga Iugoslávia em um contexto de acirramento das tensões nacionalistas que acarretariam a Guerra da Bósnia.

Além disso, esse estudo fez uso da Teoria construtivista das Relações Internacionais para explicar o processo social de atribuição de significado ao futebol. Entendeu-se que os eventuais benefícios materiais decorrentes da organização de grandes eventos esportivos e da conquista deles pelas nações são insuficientes para compreender toda a mobilização empreendida pelos governos e pelas sociedades. Nesse sentido, o trabalho difere da maioria dos estudos realizados sobre o assunto na área das Relações Internacionais, uma vez que eles normalmente tendem a utilizar as teorias mais tradicionais. Ademais, apesar da sua relevância, o próprio tema futebol ainda tem sido pouco abordado pelos estudiosos da área.

A monografia considerou que o futebol encontra tamanho prestígio e popularidade através das mais variadas culturas pelo fato de representar uma arena de vinculação e de exaltação coletiva. Argumentou-se que, ao contrário de muitas das tradições inventadas no século XIX, a prática futebolística – embora com origens elitistas – apenas adquiriria um significado de vinculação coletiva após a sua difusão entre as camadas populares. Por meio do futebol, as sociedades reforçam os laços e a coesão coletiva, tornando mais real a comunidade imaginária. Ao mesmo tempo, as sociedades buscam a participação e a diferenciação por meio desse código legitimado de atuação das nações, contribuindo para reforçar a sua existência e para aperfeiçoar a auto-estima coletiva, um dos interesses essenciais dos Estados (WENDT,

1999). No que concerne ao reconhecimento da existência estatal, considerou-se que a filiação à FIFA constitui um dos meios mais importantes de alcançá-lo, especialmente para nações sem Estado como o Kosovo, a Palestina e o Tibete. Já no que tange à auto-estima coletiva, adotou-se o entendimento de que a organização e a conquista de grandes eventos futebolísticos são componentes formidáveis de aprimoramento do humor nacional, fato comprovado pelo renascimento da euforia nacionalista alemã por ocasião da Copa de 2006, pela mobilização da comunidade imaginária colombiana – abalada por anos de Guerra Civil – no contexto da Copa América de 2001 e pelas manifestações sociais iranianas proporcionadas pelas comemorações das vitórias da seleção nacional.

Não obstante, o significado socialmente atribuído ao futebol dependerá das características culturais e históricas de cada sociedade. Como visto em relação aos Estados Unidos, o fato de esse esporte estar bastante ligado a um passado colonial traz muitos obstáculos à sua adoção pela sociedade norte-americana. Em que pese a melhora observada nos últimos anos, esta se deve mais ao processo de globalização e de espetacularização do jogo, não se constituindo em um compartilhamento dos valores de enfrentamento nacional que vigoram na maioria das sociedades. A sua utilização como uma forma de exaltação em grandes proporções do nacionalismo cívico norte-americano, portanto, parece ainda bastante distante.

Ademais, observou-se que o futebol também pode cumprir um papel de comunicação e de aproximação entre os povos. Nesse ponto, as partidas que seriam chamadas de Jogos da Paz – entre os Estados Unidos e o Irã pela Copa de 1998 e entre o Haiti e o Brasil por um amistoso em 2004 – são os exemplos mais nítidos do período analisado. Além disso, em sua estratégia de expansão global do esporte, a FIFA tem difundido um discurso fortemente baseado em valores universais. Ao mesmo tempo, também tem liderado campanhas importantes de ajuda humanitária e de combate a problemas globais como o racismo, as drogas e a violência. Assim, em termos construtivistas, a FIFA tem atuado como uma empreendedora de normas e de valores que concorrem para a consolidação do significado cooperativo e humano dessa prática esportiva. Apesar disso, a própria Organização sabe que o sucesso permanente do “jogo bonito”, inclusive para a sua comercialização, está vinculado à manutenção das características que o fazem um dos principais meios de diferenciação nacional existentes.

Nesse sentido, a consagração global do futebol não está desvinculada da dinâmica cultural observada na era da globalização. Pelo contrário, conforme foi descrito na hipótese deste estudo, o futebol interage com os aspectos da globalização, criando uma

interdependência. Adotou-se a opinião de que a homogeneização cultural é insustentável, haja vista a necessidade natural dos indivíduos de superarem a dúvida e a fragmentação oriundas da globalização por meio da diferenciação em relação aos outros e da manutenção de um vínculo de continuidade no tempo (GUIBERNAU, 1997). Percebe-se, portanto, que não foi por acaso que o futebol adquiriu tamanha importância para a maioria das sociedades. Ao passo que esse esporte disseminou-se mundialmente de forma altamente comercializada, dando a impressão de que iria se constituir numa cultura global por excelência, ele mantém consolidado o seu significado social de arena para a diferenciação nacional. Ao mesmo tempo, as equipes nacionais, ícones sagrados para a maioria das sociedades, estabelecem gradativamente um vínculo temporal por meio da participação em jogos e competições internacionais, fortalecendo a consciência coletiva. Nesse sentido, o futebol e o nacionalismo cumprem um papel complementar na tarefa de superar a fragmentação e a dúvida advindas da globalização. De um modo geral, a maior parte das práticas esportivas, especialmente as coletivas, também supre aquelas necessidades. O futebol, contudo, ao não requerer caros equipamentos para ser praticado, ao não favorecer apenas um tipo físico e ao permitir constantemente que os mais fracos superem os mais fortes, obtém maior aceitação pelas mais variadas culturas. Salvo poucas exceções, como a maior parte das ex-colônias britânicas, suas características são o suficiente para que as sociedades lhe atribuam um significado social de fortalecimento dos laços coletivos e de distinção nacional.

Essa estrutura social de valores condiciona o comportamento dos atores, particularmente daqueles que buscam o lucro com a comercialização do esporte. As empresas transnacionais, por exemplo, devem adaptar os seus produtos e marcas às culturas locais. Por ocasião das Copas do Mundo, a maioria das empresas adota um discurso de furor nacionalista, tal qual os meios de comunicação, mesmo que não haja um vínculo concreto com aquela nação, como foi analisado no caso argentino. Destarte, infere-se que a comercialização do esporte necessita das manifestações culturais locais para que se sustente. O caso da *Old Firm* demonstra com precisão a importância da manutenção dos vínculos locais para a conquista de novos mercados. A atração exercida pelas Copas do Mundo, que em 2006 foi transmitida para 214 países e que teve uma média de audiência televisiva acumulada de quase 28 bilhões de pessoas no período analisado, explica-se principalmente pelo significado que lhe foi atribuído como uma arena legítima de enfrentamento nacional, embora a espetacularização tenha se tornado um componente relevante e controverso dessas competições.

Assim, apesar de considerar fundamental a interdependência entre a comercialização do “jogo bonito” e a manutenção do nacionalismo, esse estudo alertou também para os limites

da mercantilização, os quais podem significar o esvaziamento simbólico da prática futebolística. Na Espanha, o desafio enfrentado pelo Athletic Bilbao – ícone sagrado do nacionalismo basco – para se manter fiel à sua tradicional política de contratações e não se render aos imperativos da globalização oferece uma excelente visualização desse dilema. Outro exemplo expressivo é o da seleção brasileira. A globalização refletiu-se no ícone brasileiro de forma acentuada, tanto ao atrair os capitais de empresas transnacionais que desejavam atrelar a sua marca à mais bem-sucedida equipe nacional quanto ao acelerar a migração de jogadores para as Ligas nacionais mais ricas do mundo. Como resultado, as tensões causadas pela interferência da Nike sobre a equipe brasileira em 1998, pela espetacularização desse símbolo do nacionalismo brasileiro em 2006 e pela descrença popular quanto ao comprometimento dos jogadores que vivem distantes da realidade do país sinalizam para a fragilidade da aliança envolvendo a comercialização e a identidade coletiva.

A FIFA, por ser a responsável pela normatização do jogo, deve cumprir um papel fundamental para evitar a perda dos significados que foram atribuídos ao futebol. Como foi visto em relação à naturalização dos jogadores, a Organização vem atuando de forma a restringir a mobilidade de atletas no âmbito das seleções nacionais, exigindo a existência de um vínculo efetivo com a nação e preservando o principal componente da prática futebolística. Não obstante, a acentuação das migrações internacionais contemporâneas torna mais árdua a tarefa da FIFA, haja vista o aumento de quase 100% no número de jogadores naturalizados entre a Copa de 2002 e a Copa de 2006. Cabe à FIFA, afinal, impedir que os excessos da mercantilização do jogo distorçam a vinculação entre o futebol e a identificação nacional, pois o sucesso do esporte não permaneceria caso ele perdesse o seu *status* de tradição inventada.

Bibliografia

ALABARCES, Pablo. Entre el infierno y la gloria: crisis, política y mundiales: Argentina y la Copa del Mundo de 2002. In: GASTALDO, Édison; GUEDES, Simoni Lahud (org.). **Nações em campo: Copa do Mundo e identidade social**. Niterói: Intertexto, 2006.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARMSTRONG, D.; FARRELL, T.; LAMBERT, H.. **International Law and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BARNETT, Michael. Social Construtivism. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patrícia. **The globalization of the world politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford University Press, 2008, 4 ed.

BEACOM, Aaron. Sport in International Relations: A Case for Cross-Disciplinary Investigation. **The Sports Historian**, Coleraine, ano 2, n. 20, nov. 2000, p. 1-23. Disponível em: <www.la84foundation.org>.

BYERS, Michael. **A lei da guerra: direito internacional e conflito armado**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BONIFACE, Pascal. **Football et mondialisation**. Paris: Armand Colin, 2006.

BREUILLY, John. **Nationalism**. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patrícia. **The globalization of the world politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford University Press, 2008, 4 ed.

BUTLER, Oliver. Getting the games: Japan, South Korea and the co-hosted World Cup. In: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram (ed.). **Japan, Korea and the 2002 World Cup**. London: Routledge, 2002, p.43-55.

CASUAL AUDITORES INDEPENDENTES. **Lista Casual Auditores de clubes**. 2009, 5ª ed. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/6886656.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2009.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAMO, Arlei Sander. Dom, amor e dinheiro no futebol de espetáculo. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo Vol. 23, n. 66, fev. 2008, p. 139-150.

DAMO, Arlei Sander. O ethos capitalista e o espírito das copas. In: GASTALDO, Édison; GUEDES, Simoni Lahud (org.). **Nações em campo: Copa do Mundo e identidade social**. Niterói: Intertexto, 2006. p. 39-72.

DELOITTE. **Football Money League 2008**. Manchester: Sports Business Group, February 2008. Disponível em: <www.deloitte.com>. Último acesso em: 18 de novembro de 2009.

DELOITTE. **Football Money League 2009**. Manchester: Sports Business Group, February 2009. Disponível em: <www.deloitte.com>. Último acesso em: 18 de novembro de 2009.

DELOITTE. **Latin America Football Money League**. Manchester: Sports Business Group, 2007. Disponível em: <www.deloitte.com> . Acesso em: 9 de novembro de 2009.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Transcript of Usama Bin Laden Video Tape**. 13 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/news/Dec2001/d20011213ubl.pdf>> Último acesso em: 18 de novembro de 2009.

DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF JR, Robert L. **Relações Internacionais: as teorias em confronto**. Lisboa: Gradiva, 2003.

DUNNE, Tim. Liberalism. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patrícia. **The globalization of the world politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford University Press, 2008, 4 ed.

EISENBERG, Christiane. FIFA 1975-2000: the Business of a Football Development Organisation. **Historical Social Research**, Vol. 31, , n.1, 2006, 55-68.

EISENBERG, Christiane. From political ignorance to global responsibility: the role of the world soccer association (FIFA) on international sport during the twentieth century. **Journal of Sports History**. V. 32, n. 3, Fall 2005. Disponível em: <www.la84foundation.org>. Último acesso em: 18 de novembro de 2009.

ESCHER, T.; REIS, Heloísa H. As relações entre futebol globalizado e nacionalismo: o exemplo da Copa do mundo de 2006. **Revista brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 1, set. 2008, p. 41-55.

FIENGO, Sergio Villena. Gol-balización, identidades nacionales y fútbol. In: ALABARCES, Pablo (Org.). **Futbologias: fútbol, identidad y violencia en America Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 257-271.

FIFA. **FIFA Financial Report 2007**. Trabalho apresentado no 58º congresso da FIFA, Sydney, 29 e 30 de maio de 2008. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 8 de novembro de 2009.

FIFA. **FIFA Financial Report 2008**. Trabalho apresentado no 59º congresso da FIFA, Nassau, 2 e 3 de junho de 2009a. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 8 de novembro de 2009.

FIFA. **FIFA Statutes: regulations governing the application of the Statutes standings orders of the congress**. Agosto de 2009b. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/affederation/federation/01/24/fifastatuten2009_e.pdf>

FIFA. **The FIFA World Cup TV viewing figures**. 2006. Disponível em: http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/ffprojects/ip-401_05a_tvstats_9299.pdf Acesso em: 8 de novembro de 2009.

FINNEMORE, Martha. **National interests in international society**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo: Um olhar inesperado sobre a globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FOOZONI, Barak. Religion, Politics and class: conflict and contestation in the development of football in Iran. **Soccer and Society**, London, vol. 5, No. 3 Autumn 2004, p. 356–370.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: Futebol, sociedade e cultura**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GUEDES, Simoni Lahud. Os “europeus” do futebol brasileiro ou como a “pátria de chuteiras” enfrenta a ameaça do mercado. In: GASTALDO, Édison; GUEDES, Simoni Lahud (org.). **Nações em campo: copa do mundo e identidade social**. Niterói: Intertexto, 2006.

GIULIANOTTI, Richard. **Football: a sociology of the global game**. Cambridge: Polity Press, 1999.

GIULIANOTTI, Richard. Globalização cultural nas fronteiras: o caso do futebol escocês. **Revista Questões e Debates**, Curitiba, n. 39, Editora UFPR, 2003, p. 41-64.

GIULIANOTTI, Richard; ROBERTSON, Roland. Fútbol, globalización y glocalización. **Revista Internacional de Sociología**. Córdoba: Vol. LXIV, nº 45, septiembre-diciembre, 2006, p.9-35.

GOLDBLATT, David. **The ball is round: A global history of soccer**. New York: Riverhead books, 2006.

GUIBERNAU, Maria M. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HILL, Christopher. Prologue. In: LEVERMORE, Roger e BUDD, Adrian (Ed.). **Sport and International Relations: An Emerging Relationship**. New York: Routledge, 2004, p.1-5.

HOBBSAWM, Eric. A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984, p.271-316.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984, p.9-23.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. Global governance in world sport and the 2002 world cup Korea/Japan. In: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram (ed.). **Japan, Korea and the 2002 World Cup**. London: Routledge, 2002. p.1-25.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. **Levando o jogo pós-fordista ao Extremo Oriente: a futebolização da China, do Japão e da Coréia do Sul**. *Análise Social*, vol. XLI, 2006, p. 499-518.

KUNZ, Matthias. 265 millions playing football. Zurich: **Fifa Magazine**, julho de 2007.

KUPER, Simon. Football scores for the EU. **This Europe Magazine**, Brussels, November 18, 2007. Disponível em: <<http://www.thiseurope.com/node/161>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

KUPER, Simon. The world's game is not just a game. **The New York Times Magazine**, New York, May 26, 2002. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/05/26/magazine/the-world-s-game-is-not-just-a-game.html>>

LEE, Simon. Moving the goalposts: The governance and political economy of world football. In: LEVERMORE, Roger e BUDD, Adrian (Ed.). **Sport and International Relations: An Emerging Relationship**. New York: Routledge, 2004. p.112-128.

LEVERMORE, Roger. Sport's role in constructing the "inter-state" worldview. In: LEVERMORE, Roger e BUDD, Adrian (Ed.). **Sport and International Relations: An Emerging Relationship**. New York: Routledge, 2004, p.16-30.

LEVERMORE, Roger; BUDD, Adrian. Sport and international relations: continued neglect? In: LEVERMORE, Roger e BUDD, Adrian (Ed.). **Sport and International Relations: An Emerging Relationship**. New York: Routledge, 2004, p.6-15.

MOLINA, Gerardo. **El fin del deporte**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

MURRAY, Bill. **Uma história do futebol**. São Paulo: Hedra, 2000.

NELSON, Alexander. **World cup fever, nationalism, and the Ambiguous Alliance of Nation-States and Transnational Corporations**. Normal: Illinois State University, Critique, Fall 2007.

RADMER, Karen B. Greenland v Tibet – football from the heart. **Play the game Magazine**, Copenhagen, 2002, p.37.

REUS-SMIT, Christian. Construtivism. In: BURCHILL, Scott; DEVETAK, Richard; LINKLATER, Andrew; PATERSON, Matthew; REUS-SMIT, Christian; TRUE, Jacqui. **Theories of international relations**. New York: Palgrave, 2001.

ROBINSON, Jessica. Tackling the anxieties of the English: searching for the nation through football. **Soccer and Society**. Vol. 9, No. 2, April 2008, p.215–230.

ROY, Joaquín. **Are we better off six years later? European integration and the case of FC Barcelona**. Montreal: European Union Studies Association (EUSA) Conference, May 17-19, 2007.

SMIT, Barbara. **Invasão de campo: Adidas, Puma e os bastidores do esporte moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

SOARES et al. Copa da Alemanha 2006: Futebol globalizado e o mundo de negócios na pós-modernidade. In: RIBEIRO, Luiz (org.). **Futebol e globalização**. Jundiaí: Fontoura, 2007. p.69-81.

SUGDEN, John; TOMLINSON, Alan. International power struggles in the governance of world football: The 2002 and 2006 World Cup bidding wars. In: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram (ed.). **Japan, Korea and the 2002 World Cup**. London: Routledge, 2002. p.56-70.

TAYLOR, Rogan. Epilogue. In: LEVERMORE, Roger e BUDD, Adrian (Ed.). **Sport and International Relations: An Emerging Relationship**. New York: Routledge, 2004. p.129-132.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

VIANA, Bruno Walber. **O reflexo das Relações Internacionais no esporte**. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O mundo pós-Guerra Fria: O desafio do (ao) Oriente**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WISNIK, José Miguel. **Veneno Remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ZEHFUSS, Maja. **Construtivism in international relations: the politics of reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.